



OSX. APOIANDO A INDÚSTRIA DE PETRÓLEO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL.

Para a OSX, 2011 foi um ano marcante. A primeira unidade de nossa frota, o FPSO OSX-1, chegou ao Brasil e pronta para produzir o primeiro óleo da nossa cliente-âncora, a OGX. Evento que inaugurou a divisão de serviços operacionais da OSX.

Dentro da carteira potencial da OGX de 48 unidades, equivalente a USD 30 bi, já recebemos ordens para construção e posterior fretamento de 7 unidades (5 FPSOs e 2 WHPs), equivalentes a USD 5 bi.

Além disso, a Unidade de Construção do Açu (UCN Açu) fechou contratos no valor aproximado de USD 1 bi para construção de 12 embarcações para novos clientes. Em julho, a UCN Açu, o maior estaleiro offshore das Américas, começou a ser construído no Complexo Industrial do Superporto do Açu. O projeto obteve priorização de financiamento pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante no valor de cerca de R\$ 2,7 bi.

Refletindo o nosso cuidado com o treinamento e capacitação tecnológica da equipe, criamos o ITN - Instituto Tecnológico Naval, iniciando a formação de cerca de 3.000 profissionais para a UCN Açu, em 2012, em parceria com a FIRJAN/SENAI. E, até o final de 2013, serão qualificados 7.800 técnicos.

O nosso objetivo é contribuir com o desenvolvimento do Brasil, produzindo petróleo e investindo no talento dos brasileiros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2011

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DEZEMBRO 2011

Senhores Acionistas,

A Administração da OSX Brasil S.A. ("OSX" ou "Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2011.

1. Mensagem da Administração

A OSX Brasil S.A. segue no rumo de tornar-se a maior empresa sul-americana no fornecimento de equipamentos e serviços para a indústria offshore de Petróleo e Gás Natural ("O&G"), atuando de forma integrada nos segmentos de construção naval, fretamento de unidades de exploração e produção ("E&P") e serviços de operação e manutenção ("O&M"). É com satisfação que compartilhamos os principais acontecimentos que marcaram a atuação da Companhia no ano de 2011.

Unidade de Construção Naval

Obtivemos importantes avanços na implantação da Unidade de Construção Naval do Açu (UCN Açu). Em Fevereiro de 2011, a Licença Prévia da UCN Açu foi aprovada e, em Junho, a UCN Açu recebeu sua Licença de Instalação LI no IN016966 emitida pelo INEA- Instituto Estadual do Ambiente. A LI foi obtida cerca de um ano após o início do processo de licenciamento ambiental da UCN Açu.

O projeto da UCN Açu recebeu, também em Junho de 2011, a priorização do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante- CDFMM para seu financiamento. O valor total do crédito aprovado foi de R\$ 2,7 bilhões e contará com as participações do BNDES e Caixa Econômica Federal como seus agentes financeiros. Cada uma dessas Instituições Financeiras aprovou limite de crédito para 50% do valor total do financiamento. Ao final de 2011, a companhia recebeu empréstimo ponte no valor de USD 227,9 milhões do BNDES. Com licenças ambientais necessárias e a priorização de financiamento para aproximadamente 80% dos custos totais do projeto, a OSX iniciou em Julho de 2011, a construção da maior Unidade de Construção Naval das Américas, no Complexo Industrial do Superporto do Açu, situado no Distrito Industrial de São João da Barra, norte do Estado do Rio de Janeiro.

A obra da UCN Açu foi dividida em 14 pacotes, possibilitando contratações parciais de acordo com cronogramas do projeto de engenharia e da construção. A instalação do canteiro de obras cria a infraestrutura que agiliza a mobilização das empresas a serem contratadas. Após a preparação do terreno realiza-se o serviço de terraplanagem, construção de acessos e serviços de fundações. Desta forma temos uma abertura para o início da montagem das Estruturas Metálicas dos Prédios Industriais, já em fabricação, bem como a construção do Cais e Dique Seco, Centrais de Utilidades e Tratamentos de Efluentes, Edifícios Auxiliares e Administrativos. A sequência de construção da UCN Açu está planejada para viabilizar, no primeiro trimestre de 2013, o início de atividades de montagem dos módulos para o FPSO OSX-4. Seguem dentro do ritmo previsto as obras de escavação e dragagem para a abertura do canal de acesso e os processos de aquisição dos equipamentos, com destaque para o pórtico Goliath de 1.600 toneladas e as pontes rolantes.

A UCN Açu vai gerar cerca de 14.000 empregos diretos, sendo 10.000 na fase de operação e os demais durante a fase de implantação. Sua equipe contará com o treinamento e capacitação profissional do ITN - Instituto Tecnológico Naval, em desenvolvimento pela OSX, bem como com tecnologia estado da arte da líder mundial em construção naval, sua sócia Hyundai Heavy Industries ("Hyundai"), com 40 anos de experiência na construção de equipamentos para a indústria offshore de petróleo e gás.

O acordo quanto à instalação da UCN Açu foi celebrado em 31 de Outubro de 2011, entre a OSX Construção Naval S.A. e LLX Logística S.A., empresa privada brasileira do Grupo EBX responsável pelo maior investimento em infraestrutura portuária na América Latina. O acordo consolidou entendimentos quanto à cessão onerosa, pela LLX à OSX, da área de implantação da UCN Açu, além de fixar parâmetros quanto à realização de benfeitorias e obras de customização no local. Pelo direito de uso da área da UCN, a OSX estima pagar aproximadamente R\$ 28 milhões por ano, pelo prazo de 40 anos, renováveis por mais 40 anos.

Unidades de Leasing e Serviços

Importantes realizações e conquistas também foram obtidas na Unidade de Leasing e na Unidade de Serviços da OSX. Foi apresentado pela OSX ao mercado investidor em Julho de 2011 o seu Plano de Execução 2011-2015, incluindo o atual sistema de produção concebido para ser utilizado pela OGX Petróleo e Gás Participações S.A. ("OGX"), cliente âncora da OSX.

Em ordem cronológica, destacamos a seguir iniciativas da OSX para suprir a demanda de produção de petróleo de nossa cliente OGX, com contratos de afretamento por 20 anos:

Em Janeiro de 2011, a companhia recebeu o navio "Gemini Star", do tipo VLCC (Very Large Crude Carrier), concluindo assim a aquisição do primeiro dos dois navios-irmãos VLCCs, comprados da Vela International Marine Limited. Em Fevereiro, a OSX recebeu o segundo navio-irmão "Suhail Star". A Companhia utilizará estes dois cascos na conversão dos FPSOs OSX-4 e OSX-5. A etapa de conversão de um casco consiste na preparação e reforma de uma embarcação para receber os módulos de processamento de óleo, gás e utilidades, adequados ao desenvolvimento de um campo de produção específico. A etapa de conversão é seguida pela etapa de integração, que consiste na fabricação, construção, montagem e comissionamento de um conjunto de módulos sobre o casco convertido.

Os FPSOs OSX-4 e OSX-5 serão fretados e operados por subsidiárias da OSX em consonância com seu modelo de negócios. A aquisição desses dois navios-irmãos está alinhada com a estratégia de padronização dos projetos de conversão dos futuros FPSOs, na busca pela otimização de prazos e custos de construção.

Em Abril de 2011, a OSX Brasil S.A. celebrou contrato com a SBM (Single Buoy Moorings Inc.) Offshore, uma das líderes mundiais em serviços para indústria offshore de óleo e gás, para as atividades de Engenharia, Construção, Suprimento e Instalação (EPCI) do FPSO OSX-2. O FPSO OSX-2 terá capacidade produtiva de 100.000 bopd e capacidade de armazenamento de 1.300.000 bbls. Para o financiamento de sua construção, foi celebrado um contrato de empréstimo no valor de US\$ 850 milhões junto a um consórcio de bancos internacionais. Este consórcio foi liderado pelos bancos Itaú-BBA, Santander e ING, que subscreveram a totalidade do valor do empréstimo para posterior sindicalização global. As demais instituições financeiras participantes do sindicato são HSBC, Citibank, Banco do Brasil, ABN Amro Bank, e NIBC.

Em Julho de 2011, a OSX celebrou o Contrato de Engenharia, Construção, Suprimento e Instalação (EPCI) relativo ao FPSO OSX-3, no valor de aproximadamente US\$ 800 milhões, junto à Modec Inc., outra das líderes mundiais na gestão de projetos construtivos de equipamentos offshore de produção de óleo e gás.

O FPSO OSX-3 terá capacidade de produção de 100.000 bopd e capacidade de armazenamento de 1.300.000 bbls.

No segundo semestre de 2011, a OSX celebrou Contrato de Engenharia, Suprimento, Construção e Montagem (EPC) junto a Techint Engenharia e Construção S/A, para duas plataformas fixas, WHP-1 e WHP-2, a serem fretadas e operadas por subsidiárias da OSX para a OGX na Baía de Campos. A WHP-1 será acoplada ao FPSO OSX-2 e a WHP-2 será acoplada ao FPSO-OSX-3.

Por tudo isso, nosso desempenho em 2011 traz grandes realizações em todas as unidades de negócios da OSX. A carteira de encomendas firmes da OGX recebida pela Unidade de Leasing da OSX praticamente dobrou de valor, evoluindo de US\$ 2,5 bilhões em 2010 para cerca de US\$ 5 bilhões em 2011. Ao final de 2011, a carteira desses pedidos firmes da OGX para a OSX é composta de cinco FPSOs e duas WHPs.

Um evento histórico para a OSX foi a chegada do FPSO OSX-1 no Rio de Janeiro em 6 de Outubro de 2011, após uma viagem de 45 dias de Cingapura para o Brasil. O FPSO OSX-1 foi construído na Coreia, pelo estaleiro da Samsung, e customizado em Cingapura pelo estaleiro da Keppel, sob a supervisão de uma equipe extremamente experiente da OSX. No dia 31 de Janeiro de 2012, a OSX realizou com êxito a produção do primeiro óleo da OGX, um marco inaugural expressivo nas histórias da OSX, da OGX e do Grupo EBX.

ITN - Instituto Tecnológico Naval

A OSX criou o ITN - Instituto Tecnológico Naval. A atuação do ITN estará dividida em quatro vetores: Qualificação e Treinamento Teóricos, Treinamento na UCN Açu, Fortalecimento de Cadeia de Fornecedores e Inovação Tecnológica. Foi assinado em Julho de 2011 um contrato com a Firjan - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, que prevê a qualificação de até 3.100 pessoas em 23 funções (soldadores, mecânicos, entre outros) até o início de 2013. Esta primeira etapa do programa, orçada em R\$ 12,7 milhões, utilizará corpo docente do SENAI, instalações físicas na cidade de Campos, unidades móveis em São João da Barra, contemplando os alunos com bolsas de estudo, auxílio transporte e alimentação.

Numa segunda fase, o Treinamento do ITN na UCN Açu contemplará diversas ações de qualificação, assistência técnica e supervisão de operação, em parceria com a Hyundai (40 especialistas baseados no Brasil durante 5 anos). Esta fase também prevê o envio de até 50 colaboradores da UCN Açu para o estaleiro da Hyundai na Coreia do Sul.

As demais fases do ITN concentram-se na identificação de fornecedores com potencial de suprir novos materiais, equipamentos e metodologias inovadoras para construção naval, além de parcerias com instituições acadêmicas e de pesquisa, brasileiras e internacionais, orientadas para o desenvolvimento e assimilação de novas tecnologias. A implantação do ITN disporá de uma área aproximada de 1.800 m² na UCN Açu.

Nesse contexto, a Companhia mantém-se focada no contínuo aprimoramento tecnológico e no desenvolvimento e qualificação de seus colaboradores, criando e estimulando o acesso a programas educacionais e de formação. A OSX Brasil S.A. está associada ao programa "Jovem Aprendiz", uma iniciativa governamental destinada a aumentar a qualificação da mão de obra da população brasileira.

A frota da OSX rumo a 2012

A OSX, única companhia brasileira de capital aberto do setor de equipamentos e serviços da indústria offshore de petróleo e gás natural, agradece a seus acionistas, fornecedores, parceiros e colaboradores, que tanto contribuíram para que o ano de 2011 se tornasse um marco de consolidação da OSX.

Com o apoio dos acionistas, sua administração e equipe motivadas e comprometidas com o sucesso, a OSX ruma para importantes realizações em 2012. Continuamos trabalhando para a concretização do nosso plano de negócios, contribuindo para o desenvolvimento da indústria de petróleo e gás em nosso País.

2. Cenário e Perspectiva Setorial

A demanda global de petróleo aumentou em 85,6 mb / dia no ano de 2009, 88,3 mb / dia em 2010 e 89,1 mb / dia em 2011. Estes números representaram um crescimento de 2,8 mb / dia em 2010, quando comparado a 2009 e de 0,7 mb / dia em 2011, quando comparado a 2010.

A demanda mundial de petróleo está prevista para 89,9 mb / dia em 2012, o que representará um aumento de 0,8 mb / dia (ou 0,9%) no ano, quando comparado a 2011. O crescimento da demanda global de petróleo é sustentado pela taxa de crescimento econômico mundial (PIB) que, segundo relatórios do FMI (Fundo Monetário Internacional), recuará de patamares anteriormente estimados em 4,0% para 3,3%. No que diz respeito à oferta, a capacidade global aumentará de 93,8 mb / dia em 2010 para 100,6 mb / dia em 2016, um aumento líquido médio de 1,1 mb / dia por ano.

Duas perspectivas permanecem: o crescimento da demanda robusta pelos países não-OCDE, enquanto a demanda continua a cair na maior parte da OCDE. A demanda de petróleo de países que não pertencem à OCDE deverá aumentar em 1,2 mb / dia em 2012, compensando uma redução estimada no consumo da OCDE de 0,4 mb / dia.

É esperado que a capacidade de produção da Líbia se recupere lentamente após a guerra civil, atingindo níveis pré-guerra de 1,6 mb/dia apenas em 2014. Em contraste, um aumento significativo de petróleo bruto de países OPEC é esperado no futuro breve, resultado de investimentos de joint-venture no Iraque, Angola e Emirados Árabes Unidos, com mais ganhos limitados vindos da Nigéria e Venezuela. Fontes de crescimento de oferta de países que não pertencem à OPEC incluem Brasil, Canadá, Cazaquistão e Colômbia.

A produção de petróleo bruto e condensado no Brasil continuou a subir a níveis recordes de cerca de 2 mb / dia em Dezembro de 2011. Com base nas estimativas do Governo Federal, o output do pré-sal constituiu hoje 170 kb / dia, ou 8% do petróleo bruto e produção de condensados do Brasil.

É neste contexto que a indústria offshore de O&G no Brasil vem sendo percebida como "player" de destaque no cenário mundial, com expressivo potencial de crescimento. E para isso, de acordo com especialistas do setor de E&P, estima-se que a demanda mundial por FPSOs até 2020 deverá atingir um total de aproximadamente 130 FPSOs, dos quais a maior concentração de demanda será no Brasil.

Inseridas neste cenário e sob a regra de conteúdo local mínimo estipulada pela ANP, Petrobras e OGX se apresentam como os grandes demandantes por Unidades de Produção no Brasil durante os próximos anos.

Isso exposto, o ano de 2011 ofereceu resultados positivos para a indústria naval brasileira. Segundo dados obtidos da SINAVAL (Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore), em seu relatório "Cenário do 4º trimestre Dezembro 2011 - Balanço de 2011", o número de empregos diretos nos estaleiros associados atingiu a marca de 59 mil pessoas, comparado com 56 mil pessoas no final de 2010, representando um aumento de 5,4%.

As prioridades de financiamentos aprovadas pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, em 2011, somaram US\$ 8,3 bilhões para a construção de embarcações e US\$ 2,8 bilhões para a implantação de novos estaleiros e expansão de outros já existentes.

É nesse mercado de alta demanda e de pouca oferta que a OSX se firmará como a maior companhia privada brasileira de atuação integrada nos segmentos de construção naval, fretamento de unidades de exploração e produção (E&P) e de serviços de operação e manutenção (O&M).

Ao longo do ano de 2011, a OSX investiu no crescimento de sua área comercial, prospectando oportunidades junto a potenciais novos clientes, em adição à sua cliente preferencial OGX.

Com a carteira de encomendas de FPSOs da OGX confirmada até o momento, a OSX já se posiciona como uma das 10 maiores operadoras de FPSOs do mundo. No âmbito nacional, a OSX Brasil S.A. figura em 4º lugar entre os maiores operadores de unidades de produção, liderados pela Petrobras, SBM e Modec.

3. Demonstrações Financeiras

A Administração monitora os resultados das unidades de negócio separadamente para a tomada de decisões, bem como a alocação de recursos e a avaliação de desempenho. A seguir demonstramos o desempenho obtido em cada segmento no ano de 2011:

	Construção Naval (em fase pré-operacional)		Fretamento		Serviços de O&M		Corporativo		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Receita bruta	-	-	51,6	-	102,6	9,7	-	-	154,2	9,7
Impostos	-	-	-	-	(10,0)	(0,8)	-	-	(10,0)	(0,8)
Receita líquida	-	-	51,6	-	92,6	8,8	-	-	144,2	8,8
Custos bens e/ou serviços	-	-	(7,6)	-	(73,8)	(8,3)	-	-	(81,4)	(8,3)
Resultado Operacional	-	-	44,0	-	18,8	0,5	-	-	62,8	0,5
G&A	(54,3)	(20,6)	(1,5)	(2,6)	(10,4)	(1,1)	(46,6)	(60,5)	(112,8)	(84,8)
EBITDA	(54,3)	(20,6)	42,5	(2,6)	8,4	(0,6)	(46,6)	(60,5)	(50,0)	(84,3)

Construção Naval: O foco desta unidade de negócio será construir, montar e integrar Unidades de E&P (Exploração e Produção). Apresentou EBITDA negativo de R\$54,3 milhões no ano de 2011 em virtude de sua fase de implantação no Superporto do Açu. O G&A apresentou um aumento de R\$33,7 milhões em 2011 com relação a 2010, por conta substancialmente de despesas com pessoal decorrentes de novas contratações, gastos com licenciamentos e despesas relacionadas à infraestrutura como alugueis, tecnologia e comunicação.

Fretamento: Esta unidade de negócio concentrará as Unidades de E&P que serão fretadas a empresas do setor de petróleo e gás natural, por meio de contratos de afretamento de longo prazo. Apresentou EBITDA positivo de R\$42,5 milhões em decorrência do início da operação do FPSO OSX-1, reflexo do contrato de afretamento denominado *bare boat*.

Serviço de O&M (Operação e Manutenção): Esta unidade de negócio é responsável por operar as Unidades de E&P. Apresentou EBITDA positivo de R\$ 8,4 milhões em decorrência do início da operação do FPSO OSX-1. Consequentemente, os aumentos de receita e de custos estão relacionados à operação da embarcação, tais como tripulação, sobressalentes e mobilização.

Corporativo: Este segmento contempla as informações da OSX Brasil S.A. que possui atuação integrada às demais unidades de negócio da Companhia. Apresentou EBITDA negativo de R\$46,6 milhões em 2011. A redução no G&A de R\$13,9 milhões refere-se substancialmente as despesas de pessoal, que em 2011 passaram a ser reconhecidos nos demais segmentos em virtude da fase de estruturação dos mesmos.

Composição do EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	4T11	4T10	2011	2010
Lucro líquido	7,0	(24,7)	7,6	(77,1)
Resultado financeiro, líquido	2,2	25,2	136,9	62,3
Imposto de renda e contribuição social	19,7	(0,8)	(6,6)	32,8
Despesas com opção de ações outorgadas	(13,4)	(24,4)	(62,3)	(87,9)
Depreciação e amortização	(12,6)	(0,1)	(13,2)	(0,1)
Participação de acionistas não controladores	2,7	0,1	2,8	0,1
EBITDA*	8,4	(24,7)	(50,0)	(84,3)

* Inclui as operações da UCN, que encontra-se em fase pré-operacional.

4. Responsabilidade Socioambiental

Em 2011, a OSX lançou a sua Política de Gestão e implementou seu Sistema de Gestão Integrada (SGI), observando os critérios da FNQ (Fundação Nacional da Qualidade) e referenciais normativos mandatórios e estratégicos, tanto internos, como os do Grupo EBX, quanto externos, como as normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança), ANP- Agência Nacional do Petróleo, ISM Code, Princípios do Equador, dentre outros. Vale salientar que estas iniciativas foram adotadas desde antes do início das operações da OSX, facultando eficiente controle das nossas atividades.

Neste sentido, a OSX reafirmou-se comprometida com seus valores organizacionais e com:

- Prevenção da poluição;
- Prevenção de lesões e doenças;
- Satisfação das expectativas dos clientes;
- Atendimento da legislação;
- Atendimento aos requisitos do seu Sistema de Gestão e sua melhoria contínua, seguindo as diretrizes abaixo:

Liderança: A liderança define e dissemina as práticas organizacionais para o aperfeiçoamento contínuo da gestão e o comprometimento da equipe.

Estratégia: A formulação e implementação das estratégias direcionam os objetivos e políticas para o alcance da visão de futuro definida.

Clientes: A identificação e a análise das necessidades dos clientes são determinantes para a melhoria contínua das relações, visando sua satisfação e o atendimento de suas expectativas.

Sociedade: A interação sistemática com a sociedade, o desenvolvimento de ações sociais e o atendimento às legislações aplicáveis visando à preservação e ao desenvolvimento do meio social, econômico e ambiental.

Informações: A criação, padronização e armazenagem de informações organizacionais e sua efetiva comunicação devem ser realizadas de forma sistemática, conforme necessário.

Pessoas: A valorização das pessoas, por meio de incentivos, capacitação e manutenção do bem-estar contribuem para a obtenção de uma gestão de classe mundial.

Processos: A identificação e o gerenciamento dos processos organizacionais contribuem para a previsibilidade dos resultados, a segurança operacional, jurídica e financeira e a melhoria do desempenho.

O Plano Básico Ambiental da UCN Açu visa, por meio dos planos e programas ambientais, apresentar o detalhamento das diretrizes ambientais de controle, além dos procedimentos de monitoramento e supervisão das atividades intrínsecas, associadas aos impactos identificados em seu EIA/RIMA (CRA, 2010). O Plano Básico Ambiental da UCN Açu prevê a execução de 42 planos e programas e subprogramas socio-ambientais estruturados através de 257 ações e cerca de 670 atividades. Dentre os 42 planos e programas previstos, 38 encontram-se em execução (90% do previsto).

No decorrer do ano, a Companhia participou dos grupos de trabalho de sustentabilidade do Grupo EBX. As atividades deste grupo de trabalho incluíram uma avaliação das convergências e divergências nos temas abordados nas iniciativas/ferramentas de gestão da sustentabilidade; definição de temas potencialmente materiais para o Grupo EBX; atualização e detalhamento das ações no Plano de Sustentabilidade que visa a emissão do Relatório de Sustentabilidade modelo GRI (Global Reporting Initiative) para 2013; validação desse plano pela Diretoria de Sustentabilidade e pelas empresas do Grupo EBX e o início de sua implantação.

Com a chegada do FPSO OSX-1 no Brasil, foram realizadas vitórias para a liberação do FPSO OSX-1 por órgãos públicos tais como IBAMA, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, ANP e Marinha do Brasil, dentre outros órgãos. O processo de planejamento para a certificação do FPSO OSX-1 iniciou-se em 2011, com previsão de certificação do Sistema de Gestão da embarcação, com base nas normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001 para o primeiro semestre de 2012.

5. Mercado de Capitais e Governança Corporativa

A OSX integra o Novo Mercado, segmento da BM&FBovespa que representa o mais alto grau de exigência em termos de Governança Corporativa, sinalizando compromisso com a transparência, equidade e máximo respeito pelos interesses de seus stakeholders desde a abertura de capital, em Março de 2010.

Nesse rumo, o Conselho de Administração da OSX é atualmente composto por 9 (nove) membros, dos quais 3 (três) são independentes (33%), porcentagem superior ao exigido pelo Regulamento do Novo Mercado (20%).

A OSX conta, ainda, em sua estrutura de Governança Corporativa, com um Comitê de Auditoria, composto por 3 membros altamente qualificados, que tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atividades relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e, ainda, na indicação e avaliação da auditoria independente. O Comitê é subordinado ao Conselho de Administração da Companhia, atuando com independência com relação à Diretoria.

A OSX reconhece o valor das boas práticas de Governança Corporativa e se empenha, constantemente, em aprimorá-las, atuando ativamente na realização de reuniões com investidores, manutenção de discussões junto aos seus stakeholders, incentivo à participação de seus acionistas nas Assembléias Gerais e na implantação de práticas de desenvolvimento sustentável em seus empreendimentos.

Nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400/2003 e do Prospecto de Oferta Pública Inicial de Ações da OSX, a Companhia promoveu o desdobramento das ações de sua emissão após o período de 18 (dezoito) meses contado da data de publicação do Anúncio de Encerramento da referida oferta. Neste sentido, nos termos da ata da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de Outubro de 2011 ("AGE"), os acionistas reunidos aprovaram o desdobramento das ações ordinárias

de emissão da Companhia, na proporção de 25 novas ações para cada ação (razão de 1:25). A negociação das ações desdobradas teve início em 1º de Novembro de 2011. Em linha com o referido desdobramento, a Companhia solicitou à CVM a respectiva alteração na proporção entre as ações e os Global Depositary Receipts ("GDRs") no contexto do seu Programa de GDRs- Nível 1. Desta forma, cada ação ordinária do capital social da OSX que correspondia a 20 (vinte) GDRs, passou a corresponder a 1 (um) GDR, não havendo assim emissão de novos GDRs.

Em 31 de Dezembro de 2011, nosso capital social era de R\$ 2.514.223.132,52, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 280.575.225 (duzentas e oitenta milhões, quinhentas e setenta e cinco mil, duzentas e vinte e cinco) ações, após desdobramento, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Com o objetivo de fomentar o aumento de liquidez das ações da Companhia, ao longo de 2011 mantivemos contrato com Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários para exercer a função de formador de mercado (market maker) da Companhia.

Junto ao mercado de varejo, as iniciativas da Companhia na área de Relações com Investidores abrangeram participação em eventos da TV Itaú Corretora, XP Investimentos e Corretora Souza Barros Câmbio e Títulos S.A.

6. Cláusula Compromissória

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

7. Auditores Independentes

Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a OSX informa que a KPMG Auditores Independentes, prestadora dos serviços de auditoria externa à Empresa, prestou serviços não-relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2011. Este serviço foi de Assessoria Fiscal Permanente, contratado até Maio de 2011, no montante de R\$ 18.849,60. A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não-relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

8. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de Dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no parecer da KPMG Auditores Independentes, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2011.

9. Agradecimentos

A Administração da OSX gostaria de agradecer aos seus Acionistas, à comunidade e à Prefeitura de São João da Barra, fornecedores, bancos, à CODIN-Companhia de Desenvolvimento da Indústria e do Estado do Rio de Janeiro, à LLX, à OGX e a seus demais parceiros de negócios, pelo apoio e confiança que vem permitindo a exitosa implantação do plano de negócios da Companhia. A Administração gostaria ainda de expressar a sua gratidão à equipe da OSX, pelo trabalho e dedicação que contribuíram ao longo do ano, e pelo comprometimento com os nossos objetivos empresariais e de sustentabilidade, sob a liderança do Eike Batista. Trabalhamos confiantes na consolidação da OSX como empresa líder sul-americana no fornecimento de equipamentos e serviços para a indústria offshore de petróleo e gás natural, com a implantação do maior estaleiro das Américas.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	79.521	1.787.592	1.034.008	2.237.601
Clientes	7	-	-	84.779	18.817
Adiantamentos diversos		231	229	4.416	1.404
Estoques		-	-	6.208	-
Tributos a recuperar	8	52.898	30.487	69.745	33.995
Despesas antecipadas	13	243	292	43.096	3.928
Ativos não-correntes a venda	9	-	-	73.504	73.423
Instrumentos derivativos	27	54	-	54	1.877
		132.947	1.818.600	1.315.810	2.371.045
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósito vinculado	6	-	-	48.687	33.333
Partes relacionadas	17	3.210	238	-	-
Outras contas a receber		1.516	-	1.516	-
IR e CSLL diferidos	10	22.734	38.478	46.195	41.176
		27.460	38.716	96.398	74.509
Investimentos	11	2.475.404	622.244	-	-
Imobilizado	12	9.929	3.172	3.036.193	961.962
		2.485.333	625.416	3.036.193	961.962
		2.645.740	2.482.732	4.448.401	3.407.516

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas	14	10.506	10.719	52.075	16.995
Fornecedores		1.925	1.708	340.737	20.231
Obrigações fiscais	15	87	79	18.783	6.195
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	109.722	312.073
Partes relacionadas	17	5.941	4.258	7.359	4.258
Adiantamento de clientes	7	-	-	139.385	18.295
Instrumentos derivativos	27	-	77.052	8.540	77.052
		18.459	93.816	676.601	455.099
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.044.666	506.062
Instrumentos derivativos	27	-	206	26.827	12.339
		-	206	1.071.493	518.401
Patrimônio Líquido					
Capital social	19	2.514.223	2.513.400	2.514.223	2.513.400
(-) Custo emissão de ações	19	(81.057)	(81.057)	(81.057)	(81.057)
Opção de ações outorgadas	21	150.112	87.858	150.112	87.858
Ajustes acumulados de conversão	19	166.086	(11.790)	166.086	(11.790)
Ajustes de avaliação patrimonial	19	(17.954)	(8.007)	(17.954)	(8.007)
Prejuízos acumulados		(104.129)	(111.694)	(104.129)	(111.694)
Atribuído a participação dos acionistas controladores		2.627.281	2.388.710	2.627.281	2.388.710
Participações de acionistas não controladores		-	-	73.026	45.306
Total Patrimônio Líquido		2.627.281	2.388.710	2.700.307	2.434.016
		2.645.740	2.482.732	4.448.401	3.407.516

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Receita de venda de bens e/ou serviços	22	-	-	144.233	8.834
Custo dos bens e/ou serviços vendidos		-	-	(81.460)	(8.267)
Resultado bruto		-	-	62.773	567
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	23	(47.576)	(60.566)	(113.303)	(69.325)
Despesas com opção de ações outorgadas	21	(34.476)	(87.858)	(62.254)	(87.858)
Gastos com implantação	23	-	-	(12.604)	(15.539)
Outras despesas operacionais	23	(222)	-	(220)	-
		(82.274)	(148.424)	(188.381)	(172.722)
Resultado de equivalência patrimonial	11	2.181	(6.789)	-	-
		2.181	(6.789)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(80.093)	(155.213)	(125.608)	(172.155)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	134.280	150.497	178.253	167.775
Despesas financeiras	24	(5.912)	(2.172)	(19.258)	(4.517)
Instrumentos derivativos	27	(19.835)	(102.207)	(20.487)	(99.860)
Varição cambial, líquida	24	(8)	(610)	(1.566)	(1.123)
		108.525	45.508	136.942	62.275
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		28.432	(109.705)	11.334	(109.880)
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	-	-	(5.967)	(1.048)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	(20.867)	32.619	(682)	33.752
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.565	(77.086)	4.685	(77.176)
Atribuído aos acionistas não controladores:		-	-	(2.880)	(90)
Atribuído aos acionistas controladores:		7.565	(77.086)	7.565	(77.086)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	20	0,00003	(0,00029)	0,00003	(0,00029)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Receita de venda de bens e/ou serviços (bruta de impostos)	-	-	154.219	9.670
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	325.255	129.106
	-	-	479.474	138.776
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das mercadorias e serviços vendidos	-	-	(81.460)	(8.267)
Despesas relativas à perda na baixa de ativos	(222)	-	(247)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(30.441)	(25.898)	(385.515)	(174.786)
	(30.663)	(25.898)	(467.222)	(183.053)
Valor adicionado bruto	(30.663)	(25.898)	12.252	(44.277)
Retenções				
Depreciação e amortização	(949)	(92)	(13.169)	(128)
	(949)	(92)	(13.169)	(128)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(31.612)	(25.990)	(917)	(44.405)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	2.181	(6.789)	-	-
Receitas financeiras	219.473	143.916	269.479	170.343
	187.861	117.926	268.562	125.938
Valor adicionado total a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	45.527	115.700	102.603	118.315
Benefícios	934	1.123	3.496	1.507
FGTS	587	968	2.143	1.457
	47.048	117.791	108.242	121.279
Tributos				
Federais	20.873	(32.619)	16.456	(31.712)
Estaduais	3	-	20	8
Municipais	16	194	83	443
	20.892	(32.425)	16.559	(31.261)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	108.766	2.990	132.537	8.208
Aluguéis	3.590	4.449	6.539	5.028
Outras remunerações	-	102.207	-	99.860
	112.356	109.646	139.076	113.096
Remuneração de capitais próprios				
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(2.880)	(90)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.565	(77.086)	7.565	(77.086)
	7.565	(77.086)	4.685	(77.176)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.565	(77.086)	7.565	(77.086)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12	949	92	13.682	128
Resultado de equivalência patrimonial	11	(2.181)	6.789	-	-
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(2.880)	(90)
Opção de ações outorgadas reconhecidas	21	34.476	87.858	62.254	87.858
Perdas e ganhos com instrumentos derivativos	27	19.835	102.207	20.487	99.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	20.867	(32.619)	682	(33.752)
Despesa de juros sobre dívidas financeiras		-	626	8.690	3.813
		81.511	87.867	110.480	80.731
Variações nos ativos e passivos:					
Aumento de clientes		-	-	(65.962)	(18.817)
Aumento de estoques		-	-	(6.208)	-
Aumento em adiantamentos diversos		(2)	(123)	(3.012)	(1.136)
Aumento outras contas a receber		(1.516)	-	(1.516)	-
Aumento em tributos a recuperar		(22.411)	(30.487)	(35.750)	(33.995)
Redução (aumento) em despesas antecipadas		49	(292)	(39.168)	(3.928)
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas		(213)	10.316	35.080	16.592
Aumento em fornecedores		217	1.442	335.838	12.324
Aumento (redução) em obrigações fiscais		8	(64)	12.588	6.028
Aumento em adiantamento de clientes		-	-	121.090	18.295
Redução em obrigações com terceiros		-	(9.043)	-	(9.043)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		57.643	59.616	463.460	67.051
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		-	(626)	(35.685)	(23.167)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		57.643	58.990	427.775	43.884
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Créditos com pessoas ligadas					
Concedidos		(27.336)	(4.188)	-	-
Recebidos		24.364	12.993	-	-
Aumento de depósito vinculado	6	-	-	(15.354)	(33.333)
Aquisição em investimentos permanentes em outras sociedades		(1.660.396)	(632.052)	-	-

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

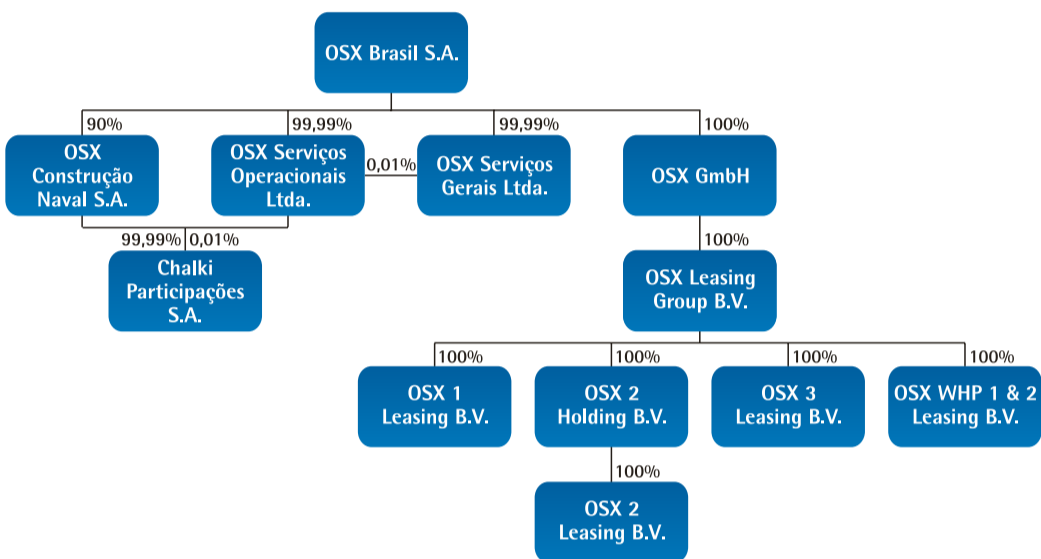
Nota	Controladora								Participação de acionistas não controladores	Participação de acionistas controladores	Total
	Capital social	(-) Custo na emissão de ações	Reserva de capital	Ajustes acumulados de conversão	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Participação de acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores			
Saldo em 31 de dezembro de 2009											
Aumento de capital mediante oferta pública de ações	63.001	-	-	(19)	-	(34.608)	28.374	2	28.376		
(-) Custo na emissão de ações	2.450.399	-	-	-	-	-	2.450.399	-	2.450.399		
Opções de ações outorgadas reconhecidas no exercício	-	(81.057)	-	-	-	-	(81.057)	-	(81.057)		
Ajustes acumulados de conversão	-	-	87.858	-	-	-	87.858	-	87.858		
Efeito hedge accounting líquido dos impostos	-	-	-	(11.771)	-	-	(11.771)	-	(11.771)		
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	(8.007)	-	(8.007)	-	(8.007)		
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	45.394	45.394		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.513.400	(81.057)	87.858	(11.790)	(8.007)	(77.086)	2.388.710	(90)	2.434.016		
Aumento de capital mediante subscrição de ações	823	-	-	-	-	-	823	-	823		
Opções de ações outorgadas reconhecidas no exercício	-	-	62.254	-	-	-	62.254	-	62.254		
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	177.876	-	-	177.876	-	177.876		
Efeito hedge accounting líquido dos impostos	-	-	-	-	(9.947)	-	(9.947)	-	(9.947)		
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	30.600	30.600		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	7.565	7.565	(2.880)	4.685		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.514.223	(81.057)	150.112	166.086	(17.954)	(104.129)	2.627.281	73.206	2.700.307		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

OSX Brasil S.A. ("OSX Brasil" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 3 de setembro de 2007 com sede na cidade do Rio de Janeiro. Tem como objeto a participação direta ou indireta no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, dedicadas ao setor de equipamentos e serviços para a indústria offshore de óleo e gás natural, com atuação integrada nos segmentos de construção naval, afretamento de unidades de exploração e produção (E&P) e serviços de operação e manutenção (O&M). A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2011, a seguinte estrutura societária:



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade com as normas IFRS e BR GAAP

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, estão assim apresentadas: *Demonstrações Financeiras Consolidadas*

As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais estão sendo apresentadas de acordo com o BR GAAP.

Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Financeiras separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas feita pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentados pela Companhia e o Patrimônio Líquido e o resultado da controladora em suas Demonstrações Financeiras Individuais. Assim sendo, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras Individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Demonstrações Financeiras.

b. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e daqueles instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real e a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano, em função de seu plano de negócios e principalmente em decorrência dos seus custos de operação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota nº 20 - Opção de compras de ações;
- Nota nº 26 - Instrumentos financeiros.

A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011 foi dada pela Administração em 19 de março de 2012.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

a. Mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Financeiras

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da controladora, são registradas no Patrimônio Líquido, como Ajustes Acumulados de Conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final do exercício e os demais itens do Patrimônio Líquido são convertidos pela taxa histórica.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

c. Investimentos

A Companhia detém o controle de todas as suas subsidiárias, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 4. Desta forma, seus investimentos são avaliados por equivalência patrimonial.

d. Imobilizado

Registrado pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Não houve alteração significativa na vida útil dos bens que estão sujeitos a depreciação. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de um ativo imobilizado formam parte do custo deste ativo, conforme estabelece o CPC 20 e IAS 23 (*Borrowing Costs*). Os custos de empréstimos já estavam sendo capitalizados conforme Deliberação CVM 193/96 tendo em vista que são diretamente atribuíveis à construção do ativo.

e. Ativos não-correntes à venda

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos não-correntes à venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos não-correntes à venda, tais ativos são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. A partir de então, os ativos não-correntes à venda, são medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial do ativo como mantido para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidos no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida. A Companhia não apurou perda na classificação inicial desse ativo mantido para venda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.

f. Redução ao valor recuperável - Impairment

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

As perdas por redução de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

ii. Ativos não-financeiros

Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida (*debt security*) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Os ativos corporativos da Companhia e de suas controladas não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGC à qual o ativo corporativo pertence, numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada não é reconhecido individualmente e, portanto, não é testado para perda de valor recuperável separadamente. Ao invés disso, o valor total do investimento em uma coligada é testado para perda de valor como um ativo único quando há evidência objetiva de que o investimento em uma coligada possa demonstrar perda em seu valor recuperável.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

g. Instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo decrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Nas operações com derivativos, variações do valor justo são registradas no resultado financeiro, na conta de Instrumentos Derivativos, a não ser que esses sejam relacionados a uma *hedge* de fluxo de caixa. Nesses casos, as variações são registradas no Patrimônio Líquido até a sua realização. Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros créditos, assim como fornecedores, empréstimos, contas a pagar e outras dívidas.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

g.1 Ativos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia quando esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram classificadas nesta categoria.

g.2 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. Clientes e partes relacionadas da Companhia e suas controladas foram classificadas nesta categoria.

g.3 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

g.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas operam com instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e dos fluxos de caixa.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado (risco de moeda estrangeira) e no Patrimônio Líquido (*hedge* de fluxo de caixa).

g.4.1 Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge de fluxo de caixa (hedge accounting)

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente documentaram o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia e suas controladas fizeram avaliações, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, para verificar se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento, conforme definido no CPC 38. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final afetarão o lucro líquido reportado.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*netting*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no Patrimônio Líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado, no mesmo período em que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado, na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*.

Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no Patrimônio Líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado, no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

h. Pagamentos baseados em ações

A Companhia registra as opções de compra de ações outorgadas pela Companhia e pelo Controlador, inclusive as opções de compras de ações de outras companhias do Grupo outorgadas pelo Controlador a executivos e conselheiros da Companhia, a valor justo, em conta específica no Patrimônio Líquido e demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas, e em conformidade com o CPC 10, ICPC 05, IFRS 2 e IFRIC 11 (*Share-based Payment*).

i. Receita operacional

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de vendas de produtos será reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos forem transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados será reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social contabilizados no resultado são formados pela despesa corrente, e, também, pelo diferido líquido que é resultante do cálculo do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias ativas e passivas, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório.

A OSX Serviços alterou seu regime de tributação de lucro presumido para lucro real, devido à expectativa de faturamento superior aos limites permitidos pela legislação fiscal da primeira categoria.



Dentre as empresas optantes pelo lucro real, somente a OSX Serviços apurou lucro tributável neste exercício, havendo base de cálculo positiva para o imposto de renda e contribuição social. As demais empresas não apuraram lucro tributável e consequentemente não houve base positiva para fins de cálculo de imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, da OSX Serviços Gerais, optante pelo lucro presumido, são calculados com base na receita financeira apurada pela empresa. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a receita bruta anual excedente de R\$ 240 anuais, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre a receita bruta.

Para as empresas no exterior, o imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

l. Arrendamento mercantil

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como receitas no demonstrativo de resultados em bases lineares, pelo prazo do contrato de afretamento.

m. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

n. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, despesas e receitas financeiras e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

o. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS apresentam informação financeira adicional.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) prevê a adoção de diversas normas, emendas a normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não tendo, portanto, sido aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras, sendo essas:

- IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 01 de julho de 2012.
- IAS 12 - Tributos sobre o lucro. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2012.
- IAS 19 - Benefícios a empregados, IAS 27 - Demonstrações Financeiras separadas e IAS 28 - Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.
- IFRS 10 - Demonstrações contábeis consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em conjunto, IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades e IFRS 13 - Mensuração ao valor justo. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.
- IFRS 7 - Instrumentos financeiros - evidênciação e IFRS 9 - Instrumentos financeiros - classificação e mensuração. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2015.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada desse pronunciamento do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia está em processo de avaliação da extensão dos impactos destas novas normas em suas Demonstrações Financeiras e não pretende fazer uma adoção preliminar dessas normas ou interpretações.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e também de acordo com BR GAAP, e incluem as informações da controladora OSX Brasil e suas controladas diretas e indiretas e dos fundos exclusivos.

Em 31 de dezembro de 2011, a OSX Brasil possui as seguintes empresas controladas com participação direta e/ou indireta:

Empresas sediadas na Cidade e Estado do Rio de Janeiro

OSX Construção Naval S.A. ("OSX Construção Naval"): A OSX Construção Naval S.A. ("OSX Construção Naval"), anteriormente designada OSX Estaleiros S.A. e, antes, BEX Estaleiro Ltda., está sediada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e tem como objeto social as atividades de construção, reparo, montagem, integração e venda de unidades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás natural, estruturas e equipamentos correlatos, para fornecimento ao mercado de petróleo e gás natural do Brasil.

A OSX Construção Naval teve sua Licença Prévia, LP nº IN015923, emitida em 28 de fevereiro de 2011 pela Comissão Estadual de Controle Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e recebeu sua Licença de Instalação, LI nº IN016966, emitida pelo INEA - Instituto Estadual do Ambiente em 22 de junho de 2011.

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante ("FMM") aprovou a prioridade de apoio financeiro ao projeto da Unidade de Construção Naval do Açu ("UCN Açu"), da OSX Construção Naval S.A., conforme Resolução publicada em 22 de junho de 2011 no Diário Oficial da União.

A OSX Construção Naval já iniciou a construção do maior estaleiro das Américas, gerando cerca de 14.000 empregos diretos, sendo 10.000 na fase de operação e os demais durante a fase de implantação. A equipe da UCN Açu contará com o treinamento e capacitação profissional do ITN - Instituto Tecnológico Naval, em desenvolvimento pela OSX, bem como com a tecnologia estado da arte da sócia Hyundai Heavy Industries ("Hyundai"), com mais de 38 anos de experiência na construção de equipamentos para a indústria *offshore* de óleo e gás.

A UCN Açu possui condições únicas de integração logística, eficiência operacional e sinergias industriais locais, em decorrência de sua localização no Complexo Industrial do Superporto do Açu, no Distrito Industrial de São João da Barra ("DISJB"), implantado pela CODIN - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.

Chalki Participações S.A. ("Chalki"): Em 21 de janeiro de 2010, a empresa Chalki Participações S.A. ("Chalki"), uma sociedade que tem como objeto social a administração de bens próprios, imóveis e móveis, especialmente para a aquisição de terrenos em Biguaçu, Santa Catarina, e a participação no capital de outras sociedades, no país e no exterior, sediada na cidade do Rio de Janeiro. Esta Companhia foi adquirida pela OSX Construção Naval com participação de 99,99% e pela OSX Serviços Operacionais Ltda. com participação de 0,01%. Esta aquisição não foi caracterizada como uma combinação de negócios, de acordo com as definições estabelecidas no CPC 15 e IFRS 3 (*Business Combinations*) por tratar-se de aquisição de uma empresa sem nenhum ativo ou passivo e sem fluxo de caixa projetado. O valor de aquisição desta empresa foi de R\$1.

OSX Serviços Operacionais Ltda. ("OSX Serviços"): A OSX Serviços Operacionais Ltda. ("OSX Serviços"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 25 de novembro de 2009 e tem como objeto social a prestação de serviços de operação e manutenção de unidades marítimas ligadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, tais como, mas não limitada, a Plataformas Fixas de Produção e/ou Perfuração, unidades Flutuantes de Perfuração ou de Produção, unidades tipo FPSO (*Floating, Production, Storage and Offloading*) e unidades do tipo FSO (*Floating, Storage and Offloading*), além de prestar serviços de engenharia, incluindo consultoria em engenharia básica, engenharia de detalhamento, FEED (*Front End Engineering Detail*), serviços de consultoria no setor de equipamentos marítimos para atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

OSX Serviços Gerais Ltda. ("OSX Serviços Gerais"): A OSX Serviços Gerais Ltda. ("OSX Serviços Gerais"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 28 de janeiro de 2011 e tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura, bem como prestar fianças e outras garantias relativas a obrigações assumidas por sua controladora ou outras sociedades sobre controle comum.

Empresas sediadas no exterior:

OSX GmbH ("OSX GmbH"): Em 22 de outubro de 2009, a OSX Brasil adquiriu, por EUR 35 mil, a totalidade do capital social da BV SARANTARIA Betheiligungsgesellschaft GmbH, uma sociedade existente e constituída de acordo com as leis austríacas, sediada na Áustria, que em 19 de novembro de 2009 passou a se denominar OSX GmbH ("OSX GmbH"). A empresa tem como objeto social participar em outras sociedades. Esta aquisição não foi caracterizada como uma combinação de negócios, de acordo com as definições estabelecidas no CPC 15 e IFRS 3 (*Business Combinations*) por tratar-se de aquisição de uma empresa sem nenhum ativo ou passivo e sem fluxo de caixa projetado.

OSX Leasing Group B.V. ("OSX LG"): Em 20 de novembro de 2009, a OSX GmbH constituiu a OSX Leasing Group B.V. ("OSX LG"), de acordo com as leis holandesas, sediada na Holanda, e que tem como objeto social participar em outras sociedades.

OSX1 Leasing B.V. ("OSX 1"): Em 23 de dezembro de 2009, a OSX LG constituiu a sociedade de propósito específico OSX1 Leasing B.V. ("OSX 1"), sediada na Holanda, de acordo com as leis holandesas. A OSX 1 é proprietária de uma unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO) de óleo e gás, cuja construção foi concluída no estaleiro da Samsung, na Coreia do Sul ("FPSO OSX-1") e foi entregue à OSX 1 em 27 de janeiro de 2010, e atualmente se encontra na acumulação de Waimea, na Bacia de Campos onde a unidade dará início ao processo de produção do primeiro óleo da sua cliente OGX Petróleo e Gás Ltda. ("OGX").

OSX2 Leasing B.V. ("OSX 2"): Em 6 de janeiro de 2011, a OSX LG constituiu a sociedade de propósito específico OSX2 Leasing B.V. ("OSX 2"), sediada na Holanda, de acordo com as leis holandesas, e que tem como objeto social ser proprietária de uma unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO) de óleo e gás.

OSX WHP 1 & 2 Leasing B.V. ("WHP 1 & 2"): Em 16 de junho de 2011, a OSX LG constituiu a sociedade de propósito específico OSX WHP 1 & 2 Leasing B.V. ("WHP 1 & 2"), sediada na Holanda, de acordo com as leis holandesas, e que tem como objeto social ser proprietária de unidades fixas de perfuração e produção de óleo e gás.

OSX3 Leasing B.V. ("OSX 3"): Em 17 de junho de 2011, a OSX LG constituiu a sociedade de propósito específico OSX3 Leasing B.V. ("OSX 3"), sediada na Holanda, de acordo com as leis holandesas, e que tem como objeto social ser proprietária de uma unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO) de óleo e gás.

OSX 2 Holding B.V. ("OSX 2 HOL"): A OSX LG aportou em 29 de setembro de 2011, EUR 18.000 para constituir a sociedade de propósito específico OSX 2 HOL, sediada na Holanda, de acordo com as leis holandesas, e que tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura, bem como prestar fianças e outras garantias relativas a obrigações assumidas por sua controlada ou outras sociedades sobre controle comum.

A seguir, os percentuais de participação que a OSX Brasil possui em suas empresas controladas e fundos exclusivos, os quais são todos consolidados.

	Percentual de participação	
	31/12/2011	31/12/2010
Controladas diretas:		
OSX Construção Naval	90,00%	90,00%
OSX Serviços	99,99%	99,99%
OSX Serviços Gerais	99,99%	0,00%
OSX GmbH	100,00%	100,00%
Controladas indiretas:		
Chalki	89,99%	89,99%
OSX LG	100,00%	100,00%
OSX 1	100,00%	100,00%
OSX 2 HOL	100,00%	0,00%
OSX 2	100,00%	0,00%
OSX 3	100,00%	0,00%
WHP 1 & 2	100,00%	0,00%
Fundos exclusivos:		
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado OSX 63	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Hedge Multimercado Crédito Privado OSX 63 ⁽¹⁾	0,00%	100,00%
OSX 63 Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

⁽¹⁾ A participação no Fundo de Investimento Hedge Multimercado Crédito Privado OSX 63 foi encerrada no último trimestre de 2011.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de despesas e receitas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas;
- As flutuações de moeda referentes a ativos monetários intragrupo são reconhecidas como variação cambial na demonstração do resultado da entidade que reporta a informação;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do período e Patrimônio Líquido que não é detida pelo Grupo, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de Patrimônio Líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores; e
- Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no Patrimônio Líquido.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	196	64	297.057	199.086
Aplicações financeiras	79.325	1.787.528	736.951	2.038.515
	<u>79.521</u>	<u>1.787.592</u>	<u>1.034.008</u>	<u>2.237.601</u>

As aplicações financeiras referem-se a cotas de fundos de investimento exclusivo com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e possuem taxa média de remuneração de 102,75% do CDI.

O fundo de investimento exclusivo em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado OSX 63 ("FICFIM CP OSX 63") é administrado pelo Bradesco Asset Management e lastreado em títulos públicos federais e títulos privados (Debêntures e Cédulas de Créditos Bancários - "CDB") emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média sobre o DI CETIP ("CDI") de 102,75% (taxa nominal na curva). As debêntures representam operações compromissadas, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, com garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

	Natureza das operações - Controladora				31/12/2010
	31/12/2011				
Instituição financeira	Operações		CDB (iii)	Total	Total
	Títulos públicos (i)	compromissadas (ii)			
Fundos exclusivos:					
Bradesco:	394	33.146	45.785	79.325	1.371.754
Outras aplicações:					
HSBC	-	-	-	-	415.774
Total de aplicações financeiras	<u>394</u>	<u>33.146</u>	<u>45.785</u>	<u>79.325</u>	<u>1.787.528</u>
	Natureza das operações - Consolidado				31/12/2010
	31/12/2011				
Instituição financeira	Operações		CDB (iii)	Total	Total
	Títulos públicos (i)	compromissadas (ii)			
Fundos exclusivos:					
Bradesco:	3.660	307.931	425.360	736.951	1.622.741
Outras aplicações:					
HSBC	-	-	-	-	415.774
Total de aplicações financeiras	<u>3.660</u>	<u>307.931</u>	<u>425.360</u>	<u>736.951</u>	<u>2.038.515</u>

(i) Títulos emitidos pelo Governo Brasileiro, substancialmente Letras Financeiras do Tesouro;

(ii) Referem-se a operações de compras de ativos, substancialmente debêntures de instituições financeiras de primeira linha com garantia de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras; e

(iii) Cédulas de Créditos Bancários - "CDB" emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média calculada sobre o DI CETIP ("CDI").

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408/05, as Demonstrações Financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações de fundos de investimentos exclusivos, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
OSX Brasil	79.325	1.371.754
OSX Construção Naval	632.348	250.987
OSX Serviços Operacionais	24.244	-
OSX Serviços Gerais	1.034	-
	<u>736.951</u>	<u>1.622.741</u>

Os fundos exclusivos são regularmente revisados/auditados por auditores independentes e estão sujeitos às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídas à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Companhia e suas controladas garantindo essas obrigações.

6. DEPÓSITO VINCULADO

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
OSX 1	37.640	33.333
OSX LG	11.047	-
	<u>48.687</u>	<u>33.333</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2011, a subsidiária OSX 1 detinha uma aplicação financeira no Standard Chartered Bank Singapore, no montante de USD20,1 milhões, equivalentes a R\$ 37.640, como depósito vinculado ao instrumento da dívida de longo prazo junto a um sindicato de bancos liderado pelo DVB Bank, contratada em 30 de novembro de 2010. Essa aplicação será líquida a partir de novembro de 2013, desde que o *Debt Service Coverage Ratio* (DSRC) do projeto do FPSO da OSX1 seja maior que 1,4 e não haja nenhum evento de *default* em andamento. Tal restrição não gera prejuízo à remuneração a ser recebida pela OSX 1 e está mensurada pelo valor justo.

(b) Em 31 de dezembro de 2011, a subsidiária OSX LG detinha uma conta remunerada no HSBC Bank USA, National Association, no montante de USD5,9 milhões, equivalentes a R\$ 11.047, como depósito vinculado ao instrumento derivativo (*swap* de fluxo de caixa de taxa de juros) conforme mencionado na Nota Explicativa nº 27 de Instrumentos Financeiros. Tal contrato menciona chamadas de margens diárias para MTM superior a USD10 milhões.

O saldo de depósito vinculado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi reclassificado para o ativo não circulante para fins de comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

7. CLIENTES

O saldo da conta de clientes é integralmente representado por montantes a vencer, oriundos de operações com a empresa OGX Petróleo e Gás Participações Ltda. ("OGX"), e estão divididos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Operações de afretamento	16.863	9.147
Serviços de Operação e Manutenção (O&M)	37.870	9.670
Custos reembolsáveis de mobilização	21.534	-
Custos reembolsáveis de seguros	8.201	-
	311	-
	<u>84.779</u>	<u>18.817</u>

A Companhia reconheceu adiantamentos da OGX, no montante de R\$ 139.385, referente a: (i) operações de afretamento, descritas na Nota Explicativa nº 18, no montante de R\$ 128.744; (ii) juros incidentes sobre tais operações de afretamento, no montante de R\$ 3.241 e (iii) custos de sobressalentes em estoque em poder da Companhia, no montante de R\$ 7.400.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

Na conta de tributos a recuperar está registrado o imposto de renda a recuperar referente às aplicações financeiras descritas na Nota Explicativa nº 5.

9. ATIVOS NÃO-CORRENTES À VENDA

Está registrado nesta conta o montante referente ao total dos custos dos terrenos situados em Biguaçu, Santa Catarina, que anteriormente estavam registrados em conta específica de Imobilizado, e que em função da decisão da Companhia de instalar a Unidade de Construção Naval (UCN) de sua subsidiária, OSX Construção Naval, no Complexo Industrial do Superporto do Açu, no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, foram reclassificados para o ativo circulante, conta de ativos não-correntes à venda.

A Companhia avaliou os impactos contábeis desta decisão, e concluiu que, em função de Opção de Venda assinada entre OSX Construção Naval e REX Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("REX"), empresa do grupo econômico EBX, para alienação destes ativos pelo valor de livros (*book value*) ou pelo valor de mercado, dos dois o maior, não houve necessidade de registrar provisão para redução do valor recuperável.

A composição destes custos é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Custo de terrenos	72.767	72.686
Custo com serviços de terraplanagem, sondagem e serviços geotécnicos	737	737
	<u>73.504</u>	<u>73.423</u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários, inclusive sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso ocorram fatos relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo não circulante:		
Prejuízos fiscais a compensar - imposto de renda	7.341	3.147
Base negativa de contribuição social	2.643	1.133
Provisão para perdas sobre operações de <i>hedge</i>	18	26.268
Outras provisões	3.483	3.804
Total do imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	<u>13.485</u>	<u>34.352</u>
Provisão sobre <i>hedge accounting</i>	9.249	4.126
	<u>22.734</u>	<u>38.478</u>
Consolidado		
31/12/2011	31/12/2010	
Ativo não circulante:		
Prejuízos fiscais a compensar - imposto de renda	7.341	4.725
Base negativa de contribuição social	2.643	1.701
Provisão para perdas sobre operações de <i>hedge</i>	18	26.268
Outras provisões	26.944	4.356
Total do imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	<u>36.946</u>	<u>37.050</u>
Provisão sobre <i>hedge accounting</i>	9.249	4.126
	<u>46.195</u>	<u>41.176</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	28.432	(109.705)	11.334	(109.880)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	9.667	(37.300)	3.854	(37.359)
Efeito de				



16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituições financeiras	Moeda	Venci-mento	Taxa de juros contratual % a.a.	Consolidado					
				Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Bradesco S.A. (i)	USD	08/11/2011	Libor + 2,80%	-	-	-	291.585	1.527	293.112
DVB (ii)	USD	30/11/2018	Libor + 4,25% J.RES.635 + J.R5635+	733.503	3.197	736.700	533.184	2.133	535.317
BNDES (iii)	BRL	15/08/2013	1,80%	427.606	192	427.798	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos				<u>1.161.109</u>	<u>3.389</u>	<u>1.164.498</u>	<u>824.769</u>	<u>3.660</u>	<u>828.429</u>
(-) Custo de transação a apropriar DVB (ii)				(9.869)	-	(9.869)	(10.294)	-	(10.294)
(-) Custo de transação a apropriar BNDES (iii)				(241)	-	(241)	-	-	-
				(10.110)	-	(10.110)	(10.294)	-	(10.294)
Total de empréstimos e financiamentos com custos de transação a apropriar				<u>1.150.999</u>	<u>3.389</u>	<u>1.154.388</u>	<u>814.475</u>	<u>3.660</u>	<u>818.135</u>
Circulante				106.525	3.197	109.722	308.413	3.660	312.073
Não circulante				<u>1.044.474</u>	<u>192</u>	<u>1.044.666</u>	<u>506.062</u>	<u>-</u>	<u>506.062</u>

(i) Em novembro de 2009, a CAL captou junto ao banco Bradesco, em moeda estrangeira, uma linha de financiamento de curto prazo, empréstimos-ponte, no valor de USD 175.000 mil, com vencimento em novembro de 2010, para a aquisição do FPSO OSX-1. Em 27 de dezembro de 2009, a OSX 1 assumiu esse contrato e em outubro de 2010 cedeu o mesmo para a OSX LG. Em 08 de novembro de 2011 esta operação foi liquidada, encerrando um custo de Libor + 2,8% anuais. O juro apurado sobre este empréstimo foi capitalizado no custo de formação do FPSO OSX-1, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12.

(ii) Em 30 de setembro de 2010, a subsidiária OSX 1, celebrou com um sindicato de bancos internacionais, liderado pelo banco norueguês DVB Bank, um contrato de financiamento de longo prazo (8,5 anos) no valor de USD 420 milhões, destinado ao financiamento dos custos de aquisição e customização do FPSO OSX-1, à taxa anual de Libor + 4,25% a.a.. O primeiro desembolso dos recursos deste financiamento ocorreu em 30 de novembro de 2010 no montante de USD 320 milhões. Os USD 100 milhões remanescentes foram liberados em 30 de novembro de 2011, completando o total do empréstimo. Os custos para captação deste financiamento foram de USD 6.247 mil, e estão contabilizados de acordo com o estabelecido no CPC 08 e IAS 39 (*Financial Instruments: Recognition and Measurement*). Considerando estes custos, a taxa média ponderada de juros deste financiamento é Libor + 4,5% a.a.. Esta dívida já foi amortizada em USD 28,97 milhões até dezembro de 2011.

(iii) Em 28 de dezembro de 2011 a OSX Construção Naval recebeu R\$427,6 milhões equivalentes a USD227,96 milhões em 31 de dezembro de 2011, em uma linha de empréstimo-ponte junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") cujo contrato foi celebrado em 15 de novembro de 2011, destinada à implantação do estaleiro em São João da Barra - RJ. Sobre a dívida incidem juros de J.RES.635 (taxa variável com base no custo médio ponderado das despesas de captação em moeda estrangeira do BNDES) mais 1,8% anuais. O prazo de pagamento é de 18 meses com vencimento previsto para 15 de agosto de 2013, sendo principal e juros pagos ao final do período ou no primeiro desembolso do empréstimo de longo prazo do FMM - Fundo da Marinha Mercante, para o qual a UCN Açú recebeu prioridade de financiamento em Junho de 2011.

O acionista controlador ou empresas a ele relacionadas são avalistas dos empréstimos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.

Covenants financeiros

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida.

Seguem abaixo breves descrições dos *covenants* financeiros e das principais outras obrigações de cunho financeiro originalmente requeridos nos contratos de dívida.

a. Dívidas da controlada OSX 1 referentes ao empréstimo de USD 420 milhões com o banco DVB

i. *Debt Service Coverage Ratio* - DSCR (nível de cobertura do serviço da dívida financeira): Mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao *EBITDA* (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Este índice deve ser medido a cada 3 meses e, segundo o contrato, o *EBITDA* dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 1,2 vezes a despesa financeira do mesmo período. Em 31 de dezembro do DSCR da OSX 1 era de 1,74 vezes.

ii. *Financial Indebtedness* (Endividamento Financeiro): A OSX 1 não pode incorrer em nenhuma outra dívida financeira, nem se tornar garantidora de qualquer dívida de tal natureza, enquanto houver saldo devedor referente ao financiamento em questão, exceto por endividamentos financeiros autorizados no contrato ("*Permitted Financial Indebtedness*"), que incluem mútuos com empresas relacionadas (desde que subordinadas à dívida com o sindicato de bancos liderado pelo DVB). Inclui-se nesta categoria o *Intercompany Loan* referido na Nota Explicativa nº 16(i) acima.

iii. *Debt Service Reserve Account* (Depósito vinculado): A OSX 1 deve possuir uma conta bancária denominada *Debt Service Reserve Account*. No momento do desembolso da dívida a OSX 1 disponibilizou nesta conta o valor de USD 20 milhões (*Debt Service Reserve*) que ficarão disponíveis em 30 de novembro de 2013, se o DSCR for maior que 1,4 vezes e se não houver nenhum evento de *default* ocorrendo. A OSX 1 deve manter não menos que a *Debt Service Reserve* na *Debt Reserve Account*, entre novembro de 2010 e novembro de 2013. Esse montante está registrado na conta de Depósito Vinculado conforme Nota Explicativa nº 6.

iv. *Proceeds Account* (Conta Operacional): A OSX 1 deve possuir uma conta bancária denominada *Proceeds Account*. Nesta conta serão depositados os pagamentos que forem feitos pela OGX, referentes ao contrato de afretamento do FPSO, que podem ser transferidos quatro vezes ao ano para a *Operating Account*, após o pagamento da primeira amortização de principal, se não houver evento de *default* em andamento. A penalidade prevista em contrato em caso do não cumprimento dos *covenants* financeiros é a possibilidade de vencimento antecipado dos contratos de dívida da subsidiária OSX 1. Até 31 de dezembro de 2011, a OSX 1 não descumpriu os *covenants*.

17. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e ligadas, conforme se descreve a seguir.

17.1. Controladora

O controle da Companhia é exercido pela Centennial Asset Mining Fund LLC ("CAMF") e por Eike Fuhrken Batista, que, conjuntamente, detêm aproximadamente 78,33% das ações ordinárias. A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pelo seu Estatuto Social à luz da legislação societária.

a. Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas, com as quais mantém alguma transação, as seguintes: EBX Participações Ltda., EBX Investimentos Ltda., EBX Holding Ltda., OGX Petróleo e Gás Participações Ltda. ("OGX"), LLX Logística S.A., MPX Energia S.A. ("MPX"), MMX Mineração e Metais S.A. e suas controladas, REX Sul Empreendimentos Ltda. ("REX Sul"), CAL, CAMF e AVX Táci Aéreo Ltda. ("AVX").

	Controladora					
	Contas a receber		Contas a pagar		Resultado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
EBX Investimentos Ltda./	-	-	5.662	4.113	(22.639)	(16.428)
EBX Holding Ltda. (i)	-	-	-	66	-	-
CAL (ii)	-	-	-	-	-	-
OSX Construção Naval (iii)	2.657	123	18	-	26.602	123
OSX Serviços (iv)	553	115	-	-	4.290	3.949
AVX (v)	-	-	-	79	(42)	(1.614)
MPX (vii)	-	-	261	-	(578)	-
	3.210	238	5.941	4.258	7.633	(13.970)

	Consolidado					
	Contas a receber		Contas a pagar/ Adiantamento de Clientes		Capex Cessão onerosa	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
EBX Investimentos Ltda./	-	-	7.068	4.113	-	(27.566)
EBX Holding Ltda. (i)	-	-	-	66	-	-
CAL (ii)	-	-	-	-	-	-
AVX (v)	-	-	30	79	-	(295)
OGX (vi)	84.779	18.817	139.385	18.295	-	141.279
MPX (vii)	-	-	261	-	-	(578)
LLX (viii)	-	-	-	-	11.016	-
	<u>84.779</u>	<u>18.817</u>	<u>146.744</u>	<u>22.553</u>	<u>11.016</u>	<u>112.840</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas e com pessoas ligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, conforme descrito abaixo:

(i) Refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos e serviços administrativos firmados entre a OSX Brasil e suas controladas, a EBX Investimentos Ltda. e a EBX Holding Ltda., por meio do qual estas empresas executam serviços de administração de caixa e administração financeira, serviços legais, seguros e auditorias internas, governança corporativa, comunicações, compras e recursos humanos, entre outros. Mensalmente a EBX efetua a medição e calcula o valor das atividades sujeitas aos custos compartilhados efetivamente utilizados pela Companhia, com base em folhas de tempo, efetuando cobrança por meio de Notas de negociação.

Em 31 de dezembro de 2011, está registrado no resultado, na rubrica de despesas gerais e administrativas, o montante de R\$27.566, referente ao contrato acima referido. O saldo a pagar deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$7.068.

(ii) Em novembro de 2011 liquidou-se um saldo de contas a pagar da OSX Brasil com a CAL, que fazia face a despesas de curto prazo da OSX Brasil.

(iii) Refere-se a contas a receber que a OSX Brasil tem com a OSX Construção Naval, referente aos rateios de custos, conforme contrato de acordo de custos administrativos compartilhados.

(iv) Refere-se a contas a receber que a OSX Brasil tem com a OSX Serviços, referente aos rateios de custos, conforme contrato de acordo de custos administrativos compartilhados.

(v) Refere-se a serviços prestados pela AVX relativos à utilização de táxi aéreo.

(vi) Refere-se aos montantes de contas a receber, adiantamento de clientes, receitas e despesas com a empresa ligada OGX, provenientes dos contratos de Afretamento e Serviços de O&M, que a Companhia detém com a mesma, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.

(vii) Refere-se a um saldo de contas a pagar da OSX Brasil com a MPX, relativo aos serviços prestados pela DEIP - Diretoria de Engenharia de Implantação de Projetos.

(viii) Refere-se ao pagamento que a OSX Construção Naval efetuou como contra-prestação fixa à LLX, relativa à cessão onerosa de direito de uso da área da UCN conforme descrito abaixo no item 17.2. Esta operação teve início no último trimestre de 2011.

17.2. Demais operações com partes relacionadas

Em março de 2010, os acionistas controladores da Companhia celebraram, com a OSX Brasil, Instrumento Particular de Outorga de Opção de Subscrição de Ações e Outras Avenças, pelo qual concederam à OSX Brasil, em caráter irrevogável e irretroatável, uma opção para que, a partir de 24 de março de 2010 e até 23 de março de 2013, a OSX Brasil possa exigir que tais acionistas controladores subscrevam novas ações até o limite máximo de US\$ 1,0 bilhão, ao preço por ação equivalente ao praticado na oferta pública inicial de ações da OSX Brasil, corrigido conforme a variação do IGP-M, por meio de aumento de capital privado a ser realizado em conformidade com os artigos 170 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações. A opção poderá ser exercida na hipótese de se verificar a necessidade de capital adicional pela OSX Brasil para a realização de seu plano de negócios e a ausência de alternativas para tal captação junto aos mercados.

A OSX Construção Naval tem operações com a OSX LG, OSX 2, OSX 3 e WHP 1 & 2 no montante de R\$41.707, referente aos custos para o desenvolvimento dos projetos de novas unidades. Este montante é integralmente eliminado no nível consolidado, remanescendo apenas o imobilizado da OSX LG, OSX 2, OSX 3 e WHP 1 & 2, conforme descrito na Nota Explicativa nº 12.a.vii.

Em março de 2011, a OSX LG celebrou contrato de mútuo com a OSX 1 no valor de USD 8.369 mil, a uma taxa de juros de Libor + 2,90% a.a., o qual foi liquidado em dezembro de 2011.

Em agosto de 2011, a OSX LG celebrou contrato de mútuo com a OSX 1 no valor de USD 55.000 mil, a uma taxa de juros de Libor + 2,90% a.a.. Em 07 de dezembro de 2011 ocorreu uma liquidação parcial no valor de USD 39.684 mil de principal e USD 655 mil de juros. O saldo de principal deste contrato em 31 de dezembro de 2011 totalizava USD 15.316 mil.

Em outubro de 2011, a OSX LG celebrou contrato de mútuo com a OSX 2 no valor de USD 188.250 mil, a uma taxa de juros de Libor + 2,90% a.a.. Em novembro de 2011, a OSX LG celebrou contrato de mútuo com a OSX 2 no valor de USD 8.000 mil, a uma taxa de juros de Libor + 2,90% a.a..

Em dezembro de 2011, a OSX LG celebrou contrato de mútuo com a OSX 2 no valor de USD 7.000 mil, a uma taxa de juros de Libor + 2,90% a.a.. Em novembro de 2011, a OSX LG celebrou contrato de mútuo com a OSX 3 no valor de USD 11.800 mil, a uma taxa de juros de Libor + 2,90% a.a..

Em novembro de 2011, a OSX LG celebrou contrato de mútuo com a WHP 1 & 2 no valor de USD 7.500 mil, a uma taxa de juros de Libor + 2,90% a.a.. Em dezembro de 2011, a OSX LG celebrou contrato de mútuo com a WHP 1 & 2 no valor de USD 2.600 mil, a uma taxa de juros de Libor + 2,90% a.a.. A OSX Construção Naval, controlada da OSX Brasil, e a LLX Açú Operações Portuárias S.A., controlada da LLX, celebraram através de um acordo assinado em 31 de outubro de 2011 os termos ajustados entre as partes quanto à instalação da Unidade de Construção Naval do Açú da OSX ("UCN Açú"), no contexto do Complexo e do Distrito Industrial de São João da Barra ("DISJB"), implantado pela CODIN - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.

O Acordo consolida entendimentos quanto à cessão onerosa, pela LLX à OSX, da área de implantação da UCN Açú, além de fixar parâmetros quanto à realização de benfeitorias e obras de customização no local, incluindo a implantação de um canal de acesso marítimo em área situada no entorno daquela em que será instalada a UCN ("Canal").

Nesse contexto, caberá à OSX Construção Naval o pagamento de contra-prestação fixa à LLX, relativa à cessão onerosa de direito de uso da área da UCN, no valor equivalente, em Reais, a US\$ 5.00 (cinco dólares norte-americanos) por metro quadrado por ano, pelo prazo de 40 anos, renováveis por mais 40 anos. Além disso, a OSX Construção Naval participará em (i) investimentos relativos à obra do Canal; (ii) despesas de infraestrutura do Complexo, calculadas de acordo com o seu aproveitamento; e (iii) rateio das despesas de manutenção da infraestrutura do Complexo.

17.3. Garantias

i. Garantia Bancária (SBLC) prestada pela OSX 3, emitida pelo Banco BTG Pactual S.A. à Modec Inc., em decorrência do contrato de engenharia celebrado em 15 de julho de 2011, conforme Nota Explicativa nº 12. Está vinculada a esta garantia uma Nota Promissória emitida pela OSX 3, no montante de USD165 milhões, sendo a OSX Brasil S.A. devedora solidária.

ii. Garantia Bancária (SBLC) prestada pela OSX UCN, emitida pelo Standard Bank PLC, à Hyundai Samho Heavy Industries Co.,Ltd., referente à construção de guindaste, em decorrência do contrato celebrado em 20 de setembro de 2011.

iii. Garantia Bancária, prestada pela OSX UCN, emitida pelo Banco Votorantim S.A. ao BNDES, em decorrência de empréstimo-ponte celebrado em 15 de novembro de 2011. Está vinculada a esta garantia uma Nota Promissória emitida pela OSX UCN, no montante de USD520 milhões, sendo a OSX Brasil S.A. devedora solidária.

17.4. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Desta forma, os montantes referentes à remuneração anual da Diretoria, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Pró-labore Diretoria(*)	4.880	3.188	4.880	3.188
Opção de ações outorgadas (**)	41.089	60.783	41.089	60.783
Honorários do Comitê de Auditoria (***)	185	93	185	93
Honorários do Conselho de Administração	321	203	321	203
	<u>46.475</u>	<u>64.267</u>	<u>46.475</u>	<u>64.267</u>

(*) Considera benefícios e INSS pago pela empresa.

(**) As opções de compra de ações outorgadas estão descritas na Nota Explicativa nº 21.

(***) Considera os honorários de três membros do Comitê de Auditoria.

18. CONTRATO DE AFRETAMENTO

Arrendamento mercantil operacional (arrendador)

Navio flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO OSX-1) fretado à companhia ligada OGX.

A Companhia assinou um Contrato de Afretamento de navio flutuante de produção, armazenamento e descarga com a companhia ligada OGX ("Contrato de Afretamento"), em 26 de fevereiro de 2010.

Esse Contrato tem vigência de 20 anos a contar da data da finalização das obras realizadas no FPSO OSX-1, com vistas a adequá-lo às características da área de concessão da OGX em que tal unidade será utilizada.

O Contrato é celebrado na modalidade *bare boat*, pelo que a OSX 1 se obriga apenas a disponibilizar o FPSO OSX-1 à OGX, a quem incumbe responsabilidade integral pela retirada do mesmo, sua operação e conservação durante o período do afretamento e devolução à OSX-1 ao final do termo contratual. Conforme previsto no Contrato de Afretamento e consoante as disposições do Acordo OGX, a operação e manutenção do FPSO OSX-1 foram contratadas pela OGX junto à OSX Serviços.

O Contrato de Afretamento será remunerado por aluguel pago em bases mensais pela OGX à OSX 1, sendo o aluguel médio diário devido durante o período do afretamento equivalente, em média, a USD 263.000, reajustado de acordo com índice inflacionário do setor. Sem prejuízo de tal valor médio, o Contrato de Afretamento prevê valores diários de aluguel variáveis durante o período do afretamento, com vistas a adequar o fluxo de recebimentos da OSX 1 aos pagamentos de financiamento e demais obrigações da OSX 1. Poderá ainda ser cobrados aluguel suplementares caso a OSX 1 comprove ter incorrido em gastos, despesas e indenizações adicionais, especialmente com relação a partes e peças de reposição, conforme venha a ser acordado entre as partes.

Caso seja verificada uma ineficiência operacional do FPSO OSX-1 em nível inferior a 97% durante qualquer período de vigência do Contrato de Afretamento, a Companhia ou a OSX LG poderão ser chamadas a pagar parte dos aluguel de maneira a compensar tal ineficiência operacional. A OGX tem direitos limitados de rescisão do Contrato, tais como nos casos de perda total da unidade, a atividade desenvolvida se tornar ilegal, aumento excessivo da carga tributária, ou incidentes ambientais em que a OSX 1 ou seus acionistas forem tidos como culpados.

Poderá a OSX 1, ainda, rescindir o Contrato por inadimplementos contratuais, como, por exemplo, falta de pagamento, falta de seguro, quebra das obrigações de seguro, quebra de obrigações contratuais, envolvimento em procedimentos de insolvência, *cross default*, litígios judiciais de provável efeito adverso, entre outros.

Os recebimentos futuros mínimos deste Contrato, descontados a valor presente, estão estimados da seguinte forma:

	Recebimentos futuros mínimos	
Até um ano		153.618
De um até cinco anos		400.788
Mais de cinco anos		487.494
		<u>1.041.900</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a. Capital social

Em 4 de agosto de 2011 a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$823 mediante a emissão de 10.509 ações ordinárias em cumprimento às disposições do Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias.

Em 31 de outubro de 2011 ocorreu o desdobramento de ações, na proporção de 25 novas ações para cada ação. Em 31 de dezembro de 2011 o capital social da Companhia estava dividido em 280.575.225 (duzentas e oitenta milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e duzentas e vinte e cinco), e para fins de comparação as ações em 31 de dezembro de 2010 foram ajustadas para 280.312.500 (duzentas e oitenta milhões, trezentos e doze mil e quinhentas), ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o total do capital social da Companhia é de R\$2.514.223 e R\$2.513.400 respectivamente.

A composição acionária está assim representada:

	31/12/2011			
	Ord.	%	Pref.	Total
Acionistas				
Centennial Asset Mining Fund LLC.	171.429.725	61,10	-	171.429.725
Eike Fuhrken Batista	48.334.450	17,23	-	48.334.450
Administradores	1.262.700	0,45	-	1.262.700
Free Float	59.548.350	21,22	-	59.548.350
Total	<u>280.575.225</u>	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>280.575.225</u>

	31/12/2010			
	Ord.	%	Pref.	Total
Acionistas				
Centennial Asset Mining Fund LLC.	171.429.725	61,16	-	171.429.725
Eike Fuhrken Batista	49.610.550	17,70	-	49.610.550
Administradores	70.025	0,02	-	70.025
Free Float	59.202.200	21,12	-	59.202.200
Total	<u>280.312.500</u>	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>280.312.500</u>

A Companhia não detém ações em tesouraria.

b. Custo na emissão de ações

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações estão registrados em conta retificadora do Patrimônio Líquido, em conformidade com o CPC 08 e IAS 39 (*Financial Instruments: Recognition and Measurement*). Estes custos se referem à comissão e a serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros

21. OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

As opções de ações da Companhia têm a seguinte composição:

Opção de ações outorgadas - Patrimônio Líquido:

Outorgadas pela Companhia (quadro 1.a e 1.b)

Outorgadas pelo Controlador (quadro 2)

Outorgadas pelo Controlador a executivos oriundos de outras empresas do Grupo (quadro 3)

Despesas com opção de ações outorgadas:

Outorgadas pela Companhia (quadro 1.a e 1.b)

Outorgadas pelo Controlador (quadro 2)

Outorgadas pelo Controlador a executivos oriundos de outras empresas do Grupo (quadro 3)

Opção de ações outorgadas - Patrimônio Líquido:

Outorgadas pela Companhia (quadro 1.a e 1.b)

Outorgadas pelo Controlador (quadro 2)

Outorgadas pelo Controlador a executivos oriundos de outras empresas do Grupo (quadro 3)

Despesas com opção de ações outorgadas:

Outorgadas pela Companhia (quadro 1.a e 1.b)

Outorgadas pelo Controlador (quadro 2)

Outorgadas pelo Controlador a executivos oriundos de outras empresas do Grupo (quadro 3)

a. Opção de ações outorgadas pela Companhia

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de janeiro de 2010, aprovou o Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias. O programa estabelece que poderão ser exercidas opções de compra ou subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia aos membros do seu Conselho de Administração, diretores, gerentes, consultores e empregados, bem como diretores, gerentes e empregados de outras sociedades que estejam ou venham a estar sob o controle direto ou indireto da Companhia.

De acordo com o Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias, a cada ano de sua vigência poderá ser criado pelo Conselho de Administração plano de opção de compra ou subscrição de ações, no qual se determinará os beneficiários, o número de opções, o preço de exercício de cada opção e as condições e prazos de seu exercício e pagamento. O Conselho de Administração não poderá, em nenhuma hipótese, estabelecer um prazo de maturidade inferior a um ano da data da concessão das opções. Contudo, o prazo máximo para seu exercício será de um ano, contado a partir do dia em que as opções tenham se tornado maduras, sob pena de decadência do direito relativo ao referido exercício. O número total de ações destinadas ao programa não poderá ultrapassar o limite máximo de 3% do total de ações emitidas, não considerando o capital autorizado no Estatuto Social.

Fase 1 do Plano: Em 1º de março de 2010, a Companhia outorgou opções de compra de 2.628.350 ações (equivalentes a 105.134 ações antes do desdobramento de ações na proporção de 1:25), as quais poderão ser exercidas pelos outorgados na proporção de 10% a cada um dos 10 primeiros aniversários, conforme estabelecido nos respectivos contratos de outorga, a um preço de exercício equivalente a R\$ 2,93 por ação (equivalentes a R\$ 73,26 por ação antes do desdobramento de ações na proporção de 1:25).

Fase 2 do Plano: Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia autorizou a outorga de opções de compra de 3.209.000 ações (equivalentes a 128.360 ações antes do desdobramento de ações na proporção de 1:25), as quais poderão ser exercidas por cada outorgado no prazo de 07 anos, conforme estabelecido nos respectivos contratos de outorga, a um preço de exercício equivalente a R\$ 13,88 por ação (equivalentes a R\$ 347,00 por ação antes do desdobramento de ações na proporção de 1:25). A data de eficácia é aquela em que o Outorgado tornou-se colaborador elegível ao Plano. A data de maturação é um ano após a data de eficácia e a data de vencimento um ano após a data de maturação. A quantidade de opções outorgadas é de 10% para cada um dos 04 primeiros anos do Plano e de 20% para cada um dos 03 últimos anos do mesmo.

Segue abaixo o resumo do Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias da Companhia (Fase 1):

Quadro 1.a - Opções de ações outorgadas em ações pela Companhia - Fase 1

Data da outorga	Condições da outorga	Data maturação	Data vencimento	Quantidade de opções outorgadas (**)
1/3/2010		1/3/2011	1/3/2012	262.835
		1/3/2012	1/3/2013	262.835
		1/3/2013	1/3/2014	262.835
		1/3/2014	1/3/2015	262.835
	Permanecer na Companhia pelo prazo de 10 anos	1/3/2015	1/3/2016	262.835
		1/3/2016	1/3/2017	262.835
		1/3/2017	1/3/2018	262.835
		1/3/2018	1/3/2019	262.835
		1/3/2019	1/3/2020	262.835
		1/3/2020	1/3/2021	262.835
Total				2.628.350

Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011

Quantidade de opções com não atendimento de condição de aquisição de direito (*do notvest*) 31 de dezembro de 2011 (**)

Prazo médio remanescente (anos)

Valor justo das opções outorgadas em R\$ (**)

Preço médio ponderado das ações em R\$ (**)

Preço de exercício das opções em R\$ (**)

Volatilidade esperada

Taxa de juros livre de risco (média)

Valor intrínseco em R\$ mil

(*) Calculado considerando o modelo *Black-Scholes*.

(**) Calculado considerando o desdobramento de ações na proporção de 1:25, descrito na nota explicativa nº 19.

Segue abaixo o resumo do Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias da Companhia (Fase 2):

Quadro 1.b - Opções de ações outorgadas em ações pela Companhia - Fase 2

Data da outorga	Condições da outorga	Data 1ª maturação	Data 1º vencimento	Quantidade de opções outorgadas (**)
1/2/2010		1/2/2011	1/2/2012	203.750
1/4/2010		1/4/2011	1/4/2012	101.875
15/4/2010		15/4/2011	15/4/2012	101.875
14/6/2010		14/6/2011	14/6/2012	203.750
2/8/2010		2/8/2011	2/8/2012	203.750
16/8/2010		16/8/2011	16/8/2012	203.750
1/9/2010		1/9/2011	1/9/2012	50.925
8/9/2010	Permanecer na Companhia pelo prazo de 07 anos	8/9/2011	8/9/2012	101.875
15/10/2010		15/10/2011	15/10/2012	203.750
3/11/2010		3/11/2011	3/11/2012	458.425
16/11/2010		16/11/2011	16/11/2012	560.300
3/1/2011		3/1/2012	3/1/2013	254.675
14/1/2011		14/1/2012	14/1/2013	203.750
1/2/2011		1/2/2012	1/2/2013	50.925
1/3/2011		1/3/2012	1/3/2013	203.750
16/3/2011		16/3/2012	16/3/2013	101.875
Total				3.209.000

Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011

Prazo médio remanescente (anos)

Valor justo das opções outorgadas em R\$ (**)

Preço médio ponderado das ações em R\$ (**)

Preço de exercício das opções em R\$ (**)

Volatilidade esperada

Taxa de juros livre de risco (média)

Valor intrínseco em R\$ mil

(*) Calculado considerando o modelo *Black-Scholes*.

(**) Calculado considerando o desdobramento de ações na proporção de 1:25, descrito na nota explicativa nº 19.

b. Opção de ações outorgadas pelo controlador

De forma a incentivar os principais administradores e executivos da Companhia, o acionista controlador outorgou em 26 de janeiro de 2010, opções de compra de ações da Companhia de sua propriedade, em favor destes profissionais.

O plano do acionista controlador contempla 7130.800 opções de compra de ações (equivalentes a 285.232 opções antes do desdobramento de ações na proporção de 1:25), que correspondem a 2,54% das ações da Companhia, e representam um mecanismo de remuneração e de retenção, pelo prazo de 10 anos, dos administradores e executivos da Companhia, sem que isso implique em qualquer custo ou diluição aos acionistas não controladores da Companhia.

Em favor dos Diretores, o acionista controlador outorgou opções para que os mesmos adquiram globalmente até 3,5% das ações de sua propriedade. As opções outorgadas a esses Diretores podem ser exercidas na proporção de 10% a cada um dos dez primeiros aniversários conforme estabelecido nos respectivos contratos de outorga, sendo que os beneficiários da opção estão sujeitos a restrição de venda pelo prazo de 36 meses após a conclusão da oferta pública inicial, protocolada em 19 de março de 2010 na CVM, salvo autorização expressa do controlador. Além do plano acima citado, alguns colaboradores oriundos de outras empresas controladas, pelo mesmo acionista Controlador, que atualmente exercem suas funções na Companhia, já detinham 304.920 opções daquelas empresas outorgadas e ainda não exercidas.

Segue abaixo o resumo das opções de ações outorgadas pelo controlador:

Quadro 2 - Opções de ações outorgadas em ações acionista Controlador

Data da outorga	Condições da outorga	Data maturação	Data vencimento	Quantidade de opções outorgadas (**)
26/01/2010		1/1/2011	1/1/2012	713.080
		1/1/2012	1/1/2013	713.080
		1/1/2013	1/1/2014	713.080
	Permanecer na Companhia pelo prazo de 10 anos; restrição de venda pelo prazo de 36 meses após a conclusão da Oferta Pública de Ações (22/03/2010)	1/1/2014	1/1/2015	713.080
		1/1/2015	1/1/2016	713.080
		1/1/2016	1/1/2017	713.080
		1/1/2017	1/1/2018	713.080
		1/1/2018	1/1/2019	713.080
		1/1/2019	1/1/2020	713.080
		1/1/2020	1/1/2021	713.080
Total				7130.800

Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011

Prazo médio remanescente (anos)

Valor justo das opções outorgadas em R\$ (**)

Preço médio ponderado das ações em R\$ (**)

Preço de exercício das opções em R\$ (**)

Volatilidade esperada

Taxa de juros livre de risco (média)

Valor intrínseco em R\$ mil

(*) Calculado considerando o modelo *Black-Scholes*.

(**) Calculado considerando o desdobramento de ações na proporção de 1:25, descrito na nota explicativa nº 19.

Segue abaixo os resumos das opções de ações outorgadas de outras empresas controladas pelo mesmo acionista Controlador para colaboradores da Companhia:

Quadro 3 - Opções de ações outorgadas de outras empresas controladas (MMX, MPX e LLX)

	31/12/2011		
	pelo mesmo acionista Controlador		
			19/06/2008 (<i>vesting</i> inicia no mesmo ano)
Data da outorga	21/07/2006	28/04/2008	4 anos (prazo 1 ano)
Período de exercício	5 anos	5 anos	4 anos (prazo 1 ano)
Data do exercício	21/07 de cada ano	13/12 de cada ano	21/07 de cada ano
Data final do bloqueio das opções	21/07/2009	31/12/2010	21/07/2009
Volatilidade (% a.a.)	52,57%	45,25%	69,34%
Taxa de juros (% a.a.)	14,7%	11,6%	12,2%
Quantidade total de opções outorgadas (*)	32.080	465.460	25.600
Quantidade de opções exercidas até 31/12/2011 (*)	19.280	186.140	12.800
Quantidade de opções não exercidas (*)	12.800	279.320	12.800
Preço de exercício	0,01	0,01	0,01
Preço na data de outorga (**)	4,07	47,50	4,90
Preço opção	4,06	47,49	4,89

(*) Informações da parcela referente aos membros da Administração oriundos de outras empresas controladas pelo mesmo acionista Controlador, e que atualmente fazem parte do quadro funcional da Companhia.

(**) Calculado considerando o modelo *Black-Scholes*.

22. RECEITA OPERACIONAL

A conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta fiscal	154.219	9.670
Menos:		
Impostos sobre vendas	(9.986)	(836)
Total da receita contábil	144.233	8.834

23. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Depreciação e amortização	949	92	13.185	128
Despesas com pessoal	12.572	29.933	125.355	43.449
Serviços contratados	24.579	22.357	55.056	38.516
Despesas de viagem	231	1.683	8.338	3.169
Despesas com alugueis	3.590	4.449	8.095	4.879
Outras despesas	5.655	2.052	20.576	4.607
47.576	60.566	230.605	94.748	

Classificadas como:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Clientes	-	-	41.707	-
Ativo imobilizado	-	-	13.016	1.732
Custo	-	-	49.975	8.152
Despesas administrativas e gerais	47.576	60.566	113.303	69.325
Gastos com implantação	-	-	12.604	15.539
47.576	60.566	230.605	94.748	

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas financeiras				
Juros passivos	(152)	(626)	(11.853)	(627)
Variações cambiais passivas	(10)	(817)	1.747	(1.344)
IOF	(5.178)	(1.511)	(5.557)	(1.531)
Perdas com derivativos	(102.845)	(102.207)	(103.979)	(102.207)
Outros	(582)	(34)	(1.848)	(2.359)
(108.767)	(105.195)	(121.490)	(108.068)	

Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Rendimento de aplicação financeira	132.738	150.494	176.659	167.771
Variações cambiais ativas	2	207	(3.313)	221
Ganhos com derivativos	83.010	-	83.493	2.347
Outros	1.542	2	1.593	4
217.292	150.703	258.432	170.343	
108.525	45.508	136.942	62.275	

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Para fins de gestão dos negócios, a Companhia é dividida em unidades de negócio, que foram segregados em função de suas operações.

Os segmentos definidos são Construção Naval, Afretamento de Unidades de E&P (Exploração e Produção) e Prestação de Serviços de O&M (Operação e Manutenção), conforme abaixo descrito:

Construção naval

O foco dessa unidade de negócio de construção naval (UCN) será a construção, montagem e integração de Unidades de E&P, tais como plataformas de produção fixas e flutuantes e sondas de perfuração, com ênfase em eficiência operacional e tecnologia de ponta. A meta definida pela Companhia é atingir os níveis de produtividade dos estaleiros asiáticos em dois anos após o início das operações.

Afretamento

A unidade de afretamento deverá se concentrar em Unidades de E&P, as quais serão fretadas a empresas do setor de petróleo e gás natural, por meio de contratos de afretamento de longo prazo com o objetivo de garantir um fluxo de receitas previsível. Uma parte significativa dos equipamentos que serão utilizados nas atividades de afretamento será construída na UCN da Companhia.

Serviços de O&M

Além de construir e fretar as unidades, a Companhia pretende operá-las de maneira a oferecer uma solução completa aos seus clientes. A Companhia possui uma equipe gerencial altamente qualificada, com 30 anos de experiência em média, nas áreas de exploração, produção, perfuração, operação e manutenção de campos de petróleo. Essa experiência acumulada será a base para a contratação e formação do pessoal.

Não houve agrupamento de segmentos na formação dos segmentos mencionados acima.

A Administração monitora os resultados das unidades de negócio separadamente, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliação do desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no resultado, que é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

i. Demonstração do resultado por segmento

Demonstração do resultado por segmento em 31/12/2011	Construção naval		Serviços de O&M		Ajustes e eliminações		Consolidado
Receita de venda de bens e/ou serviços							
Com terceiros	-	51.585	92.648	-	-	-	144.233
Inter-segmento	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos bens e/ou serviços vendidos							
Resultado bruto</							



Demonstração do resultado por segmento em 31/12/2010	Construção naval		Serviços de O&M		Ajustes e eliminações		Consolidado
	Fretamento		Corporativo				
Receita de venda de bens e/ou serviços							
Com terceiros	-	-	8.834	-	-	-	8.834
Inter-segmento	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	8.834	-	-	-	8.834
Custo dos bens e/ou serviços vendidos							
Resultado bruto	-	-	(8.267)	-	-	-	(8.267)
Resultados operacionais							
Administrativas e gerais	(5.074)	(2.628)	(1.057)	(60.566)	-	-	(69.325)
Despesas com opção de ações outorgadas	-	-	-	(87.858)	-	-	(87.858)
Gastos com implantação	(15.539)	-	-	-	-	-	(15.539)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	-	-	-
	(20.613)	(2.628)	(1.057)	(148.424)	-	-	(172.722)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(6.789)	6.789	-	-
	-	-	-	(6.789)	6.789	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(20.613)	(2.628)	(490)	(155.213)	6.789	-	(172.155)
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	17.278	-	-	150.497	-	-	167.775
Despesas financeiras	(136)	(2.208)	(1)	(2.172)	-	-	(4.517)
Instrumentos derivativos	-	2.347	-	(102.207)	-	-	(99.860)
Variação cambial, líquida	(172)	(341)	-	(610)	-	-	(1.123)
	16.970	(202)	(1)	45.508	-	-	62.275
	(3.643)	(2.830)	(491)	(109.705)	6.789	-	(109.880)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro							
IR e CS corrente	-	-	(1.048)	-	-	-	(1.048)
IR e CS diferido	1.133	-	-	32.619	-	-	33.752
	(2.510)	(2.830)	(1.539)	(77.086)	6.789	-	(77.176)
Outras divulgações							
Depreciação e amortização	(36)	-	-	(92)	-	-	(128)

ii. Ativos e passivos por segmento

Ativos e passivos por segmento em 31/12/2011	Construção naval		Serviços de O&M		Ajustes e eliminações		Consolidado
	Fretamento		Corporativo				
Ativo							
Ativo circulante	760.193	440.270	80.298	132.947	(49.211)	-	1.364.497
Ativo realizável a longo prazo	6.802	13.362	3.315	27.460	(3.228)	-	47.711
Investimentos	-	-	-	2.475.404	(2.475.404)	-	-
Imobilizado	456.536	2.569.497	231	9.929	-	-	3.036.193
Total do ativo	1.223.531	3.023.129	83.844	2.645.740	(2.527.843)	-	4.448.401
Passivo							
Passivo circulante	51.712	616.287	42.582	18.459	(52.439)	-	676.601
Passivo não circulante	427.557	643.936	-	-	-	-	1.071.493
Patrimônio Líquido	744.262	1.762.906	41.262	2.627.281	(2.475.404)	-	2.700.307
Total passivo e Patrimônio Líquido	1.223.531	3.023.129	83.844	2.645.740	(2.527.843)	-	4.448.401

Ativos e passivos por segmento em 31/12/2010

Ativos e passivos por segmento em 31/12/2010	Construção naval		Serviços de O&M		Ajustes e eliminações		Consolidado
	Fretamento		Corporativo				
Ativo							
Ativo circulante	328.931	246.235	10.612	1.818.600	-	-	2.404.378
Ativo realizável a longo prazo	2.699	-	-	38.716	(239)	-	41.176
Investimentos	-	-	-	622.244	(622.244)	-	-
Imobilizado	129.522	829.261	7	3.172	-	-	961.962
Total do ativo	461.152	1.075.496	10.619	2.482.732	(622.483)	-	3.407.516
Passivo							
Passivo circulante	12.024	343.760	5.738	93.816	(239)	-	455.099
Passivo não circulante	-	518.195	-	206	-	-	518.401
Patrimônio Líquido	449.128	213.541	4.881	2.388.710	(622.244)	-	2.434.016
Total passivo e Patrimônio Líquido	461.152	1.075.496	10.619	2.482.732	(622.483)	-	3.407.516

iii. Informações geográficas

Ativos fixos por região	31/12/2011	31/12/2010
	Brasil	466.696
União Européia	2.569.497	829.261
Total	3.036.193	961.962
Receita por região	31/12/2011	31/12/2010
	Brasil	92.648
União Européia	51.585	-
Total	144.233	8.834

iv. Principais clientes

O principal cliente da Companhia é a empresa ligada OGX, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Contratações de bens e serviços

Os principais compromissos junto a fornecedores de bens e serviços acima de R\$1.000 são os seguintes:

	Consolidado			
	Data da assinatura	Data do vencimento	31/12/2011	31/12/2010
Serviços técnicos para conclusão da montagem do FPSO OSX-1	08/11/2010	-	-	163.525
Aquisição das embarcações tipo VLCC	09/11/2010	28/02/2011	-	80.978
Projeto para equipamentos WHP	16/11/2010	29/06/2013	1.581.184	1.500
Projeto para equipamentos FPSO OSX-2	25/04/2011	24/04/2013	989.276	-
Contrato de Engenharia FPSO OSX-3	15/07/2011	01/09/2014	1.205.873	-
Projeto para equipamentos FPSO OSX-4 e OSX-5	28/06/2011	14/12/2013	5.593	-
Contratos para construção da UCN no complexo do Açú Consultoria relacionada a sistemas de gestão e controle	30/03/2010	-	1.270.977	23.980
Prestação de serviços relacionados à operação da OSX	01/05/2010	23/12/2015	-	1.476
Serviços Operacionais	30/06/2011	20/07/2014	18.170	-
			5.071.073	271.459

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Gerenciamento dos Riscos Financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco revisada e aprovada pelo Conselho de Administração.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia tem uma política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos. As descrições dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.034.008	1.034.008	2.237.601	2.237.601
Clientes	84.779	84.779	18.817	18.817
Depósito vinculado	48.687	48.687	33.333	33.333
Instrumentos financeiros derivativos	54	54	1.877	1.877
Passivos				
Fornecedores	340.737	340.737	20.231	20.231
Partes relacionadas	7.359	7.359	4.258	4.258
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.158.575	1.154.388	752.925	818.135
Instrumentos financeiros derivativos	35.367	35.367	89.391	89.391

a. Riscos

Instrumentos financeiros derivativos

Sempre que haja condições de mercado (liquidez e preços), a Companhia e suas controladas buscam a contratação de instrumento com prazo de vencimento o mais próximo possível da estimativa de pagamento de suas obrigações. No longo prazo, isto minimiza impactos no fluxo de caixa e no resultado da Companhia e de suas controladas. Caso os instrumentos disponíveis não atendam às necessidades da Companhia e de suas controladas, de prazo de cobertura, são contratados vencimentos mais curtos, os quais são alongados tão logo seja restabelecida a liquidez do mercado para vencimentos mais longos.

No período findo em 31 de dezembro de 2011, as operações com instrumentos derivativos para fins de hedge totalizaram, pela marcação a mercado, um valor negativo de R\$ 35.313.

Abaixo quadro consolidado dos instrumentos financeiros derivativos:

OSX BRASIL	Prazo médio (dias úteis)	Consolidado					
		Valor de referência (USD mil)		Valor justo (R\$ mil)			
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		
Contratos de NDF:							
Posição comprada USD/BRL							
Banco Goldman Sachs		5.000	157.000	54	(6.748)		
Banco HSBC		-	47.000	-	(1.929)		
Banco Morgan Stanley		-	300.000	-	(68.581)		
Total NDF USD/BRL		5.000	504.000	54	(77.258)		
Opções de compra:							
Posição comprada USD/BRL							
Banco Morgan Stanley		-	150.000	-	-		
Total Opção			150.000				
OSX LG							
Contratos de NDF:							
Posição comprada SGD/USD							
Banco Morgan Stanley		-	22.133	-	1.150		
Banco Citibank		-	11.813	-	727		
Total NDF SGD/USD			33.946		1.877		
Posição comprada NOK/USD							
Banco Morgan Stanley	-		170.960	-	(7.199)		
Total NDF NOK/USD			170.960		(7.199)		
Posição comprada EUR/USD							
Banco Morgan Stanley	-		25.134	-	(965)		
Total NDF EUR/USD			25.134		(965)		
Contratos de Swap Libor:							
Banco HSBC	1.013		391.034	420.000	(27.203)	(12.133)	
Total Swap Libor			391.034	420.000	(27.203)	(12.133)	
Total consolidado						(35.313)	(87.514)

Reconciliação dos efeitos no resultado do período e no Patrimônio Líquido:

	31/12/2011	
	Resultado	Patrimônio Líquido
Perdas/ganhos realizados no período	(88.303)	-
Valor justo NDF USD/BRL	77.312	-
Valor justo NDF SGD/USD	(1.332)	-
Valor justo NDF NOK/USD	(7.199)	-
Valor justo NDF EUR/USD	(965)	-
Valor justo Swap Libor	-	(27.203)
	(20.487)	(27.203)

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a.1) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, através dos mecanismos públicos disponíveis, bem como outros instrumentos que se façam necessários para garantir a segurança no recebimento dos recursos financeiros.

A Companhia e suas controladas adotam ainda, como prática, a análise de "rating" das instituições financeiras participantes do sistema bancário brasileiro, por intermédio de relatórios de crédito disponibilizados pelo "Sistema de Classificação de Risco Bancário" - Risk Bank, que tem por objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e o desempenho de cada Banco. Visando gerenciar o risco em níveis adequados, a Companhia e suas controladas adotam uma política corporativa de alocação criteriosa de seu caixa em instituições financeiras de primeira linha, respeitando-se limites percentuais de aplicação por instituição e limites percentuais em relação ao Patrimônio Líquido destas instituições, adotando-se inclusive uma postura mais defensiva do que aquela sugerida pelo Risk Bank.

Quadro de risco de crédito

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e equivalente de caixa	1.034.008	2.237.601
Depósito vinculado	48.687	33.333
Ganho com instrumentos derivativos	54	1.877
	1.082.749	2.272.811

Quadro de classificação de risco "IndiceRiskbank":

Banco	Classificação de risco	Índice Riskbank	
		31/12/2011	31/12/2010
Bradesco	Baixo risco para longo prazo	11,61	11,66
BTG Pactual (*)	Baixo risco para longo prazo	11,42	10,28
Itaú Unibanco	Baixo risco para longo prazo	11,92	11,95
Votorantim	Baixo risco para longo prazo	10,43	11,05
HSBC	Baixo risco para longo prazo	10,33	10,35
Banco do Brasil (*)	Baixo risco para longo prazo	10,34	10,67
CEF - Caixa Econômica Federal (*)	Baixo risco para longo prazo	10,23	10,54
Santander	Baixo risco para longo prazo	10,18	9,88

(*) Em 31 de dezembro de 2010 a empresa não apresentava operações com o BTG Pactual, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

a.2) Risco de liquidez

Os passivos financeiros possuem vencimentos de curto prazo os quais incluem fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2011 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros. O montante de caixa disponível é suficiente para cobrir essas obrigações, conforme quadro abaixo:

	Consolidado - 31/12/2011				
	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos					
Fornecedores	340.737	-	-	-	-
Partes relacionadas	7.359	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	72.664	72.022	571.272	407.675	

No 4º trimestre de 2011, a Companhia assinou Carta de Intenção com a fornecedora TTS Energy para a construção de 2 *Drilling Packages* para as WHPs 1 & 2, sendo o valor contratual indexado a Coroa Norueguesa e Euro. Este valor será fixado em dólares no momento da assinatura do contrato de construção. Portanto, com a finalidade de proteger a Companhia contra a oscilação cambial foram contratadas operações de *hedge* em ambas as moedas.

As seguintes taxas de câmbio, frente ao Real, foram aplicadas durante o período:

	31/12/2011	
	Taxa média	Taxa final
Dólar (USD)	1,6746	1,8758

Para efeitos econômicos, a exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira em USD mil é a diferença entre os ativos e passivos dos investimentos no exterior, conforme abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Ativos e passivos líquidos das empresas no exterior	939.816	128.161

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas elaboram cenários de sensibilidade com o objetivo de aplicar testes de *stress* nos principais fatores de risco que compõe o instrumento utilizado e quantificar perdas significativas diante de suas variações. Os fatores de risco considerados relevantes pela Administração da empresa são:

- Taxas de câmbio das moedas estrangeiras nas quais existem posições compradas.

Análise de sensibilidade para instrumentos derivativos:

A operação remanescente de proteção do risco cambial do Capex atrelado ao dólar americano na OSX Brasil foi encerrada pela PTAX de 30 de dezembro de 2011, não representando mais qualquer risco associado à oscilação de preço de moeda. Da mesma forma, foram encerradas as obrigações atreladas ao dólar de Cingapura, bem como a operação de proteção cambial associada a essas exposições.

Descrição dos cenários para empréstimos e financiamentos:

Os fatores de risco considerados relevantes para a Administração da empresa são:

- BRL - PTAX-800 - BACEN
- J.RES 365 - BNDES^(*)

(*) Taxa de Captação do BNDES, no mercado internacional, aplicada para a concessão de financiamento com equivalência em dólares americanos. Esta Taxa de Captação está diretamente ligada à percepção de risco do BNDES (*investment grade*) no mercado externo.

Os cenários definidos nesta análise foram:

- Cenário I: considerando um choque positivo de 25% na taxa de câmbio a partir do cenário atual;
- Cenário II: considerando um choque positivo de 50% na taxa de câmbio a partir do cenário atual.

Para moeda USD foram aplicados os seguintes percentuais:

PTAX Base (31/12/2011): R\$ 1,8758

- Cenário I: + 25% = R\$ 2,3448
- Cenário II: +50% = R\$ 2,8137

Abaixo os impactos no resultado nos empréstimos e financiamentos para os cenários e fatores de riscos aplicáveis acima descritos:

	Vencimento	Valor Principal + Juros (USD mil)	Valor Principal + Juros (BRL mil)	Análises de Sensibilidade	
		31/12/11	31/12/11	Cenário I Valor Justo (BRL mil) 25% para cima	Cenário II Valor Justo (BRL mil) 50% para cima
BNDES	15/08/2013	228.062	427.798	534.748	641.697
OSX Construção Naval:		228.062	427.798	534.748	641.697

Para a J.RES 365 foram aplicados os seguintes percentuais:

J.RES 365 Base (31/12/2011): 3,426881%

- Cenário I: + 25% = 4,283601%
- Cenário II: +50% = 5,140322%

Abaixo os impactos no resultado nos empréstimos e financiamentos para os cenários e fatores de riscos aplicáveis acima descritos:

	Vencimento	Valor Principal (USD mil)	Valor Principal + Juros (USD mil)	Análises de Sensibilidade	
		31/12/2011	31/12/2011	Cenário I Valor Justo (USD mil) 25% para cima	Cenário III Valor Justo (USD mil) 50% para cima
BNDES	15/08/2013	227.959	228.062	228.088	228.114
OSX Construção Naval:		227.959	228.062	228.088	228.114

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras:

Para as aplicações financeiras não foram elaboradas análises de sensibilidade, considerando que se trata de aplicações pós-fixadas, o que diminui o risco de exposição à taxa de juros.

"Value at Risk" (VaR)

A Companhia utiliza o conceito de "Value at Risk" (VaR) para o cálculo da perda máxima potencializada de suas operações de derivativos. O conceito VaR Paramétrico trata do cálculo de perda potencial ao longo de um intervalo de tempo, sob condições de mercado e dentro de determinado nível de confiança. O VaR é uma medida estatística que foi desenvolvida através das estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. A distribuição dos valores de retorno dos fatores de risco normal tem como premissa um nível de confiança de 95% e *Holding Period* (Intervalo de Tempo) de 1 dia.

O quadro abaixo mostra o VaR (*Value at Risk*) dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Operação	Risco	31/12/2011		31/12/2010	
		Valor de Referência (USD mil)	VaR (Value at Risk - R\$ mil)	Valor de referência (USD mil)	VaR (Value at Risk - R\$ mil)
NDF USD/BRL	Taxa de câmbio	-	-	504.000	6.538
NDF SGD/USD	Taxa de câmbio	-	-	33.946	354
NDF NOK/USD	Taxa de câmbio	170.960	3.253	-	-
NDF EUR/USD	Taxa de câmbio	25.134	233	-	-
Call Options	Taxa de câmbio	-	-	150.000	-
Swap Libor	Taxa de juros	391.034	1.452	420.000	3.590

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eike Furhken Batista - Presidente do Conselho
Eliezer Batista da Silva - Vice-Presidente do Conselho
Flavio Godinho - Conselheiro
Leonardo Moretzsohn de Andrade - Conselheiro
Luiz do Amaral de França Pereira - Conselheiro
Paulo Manuel Mendes de Mendonça - Conselheiro
Paulo Monteiro Barbosa Filho - Conselheiro
Rodolpho Tourinho Neto - Conselheiro
Samir Zraick - Conselheiro

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Luiz Eduardo Guimarães Carneiro - Diretor Presidente
Carlos Eduardo Sardenberg Bellot - Diretor de Operações e Diretor de Engenharia, Afretamento e Desenvolvimento
Roberto Bernardes Monteiro - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Luciano Medrado Cruz Porto - Diretor Jurídico
Eduardo Costa Vaz Musa - Diretor de Construção Naval

Antonio Jorge Gonçalves Caldas

Contador
Gerente Geral de Controladoria
CRC - RJ 61504/0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da OSX Brasil S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da OSX Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do Patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das Demonstrações Financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as Demonstrações Financeiras individuais

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OSX Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma:

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2011	Nível	Total	31/12/2010	Nível	Total

Ativos
Instrumentos financeiros derivativos 54 2 54 1.877 2 1.877
Caixa e equivalentes de caixa 1.034.008 2 1.034.008 2.237.601 2 2.237.601

Passivos
Instrumentos financeiros derivativos 35.367 2 35.367 89.391 2 89.391

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências entre níveis neste mesmo período.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas consideram que a cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Riscos operacionais:		
Danos materiais	4.809.400	1.324.454
Responsabilidade civil de administradores	330.000	110.000
Responsabilidade civil - P&I (Proteção e Indenização)	3.006.280	833.100
	8.145.680	2.267.554

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

1. FPSO OSX-1 inicia a produção do primeiro óleo da OGX

Às 18h 39 min e 50s do dia 31 de janeiro de 2012, foi iniciada com êxito a produção pelo FPSO OSX-1 do primeiro óleo de seu cliente âncora OGX. O FPSO OSX-1 é responsável pela realização do Teste de Longa Duração (TLD) na acumulação de Waimea, na Bacia de Campos, através do poço OGX-26HP, localizado a 80 km da costa e com 130 metros de lâmina d'água.

Ao longo das semanas seguintes, a equipe de produção da OGX está testando diferentes níveis de vazão buscando gradativamente estabilizar a produção do poço em torno de 15 mil barris por dia.

2. Novo cliente contrata OSX para construção de navio PLSV (Pipe-Laying Support Vessel)

Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado que o novo cliente Sapura Navegação Marítima S.A. ("Sapura") contratou a OSX Construção Naval S.A., subsidiária da OSX, para a construção de um navio lançador de linha (PLSV - *Pipe-Laying Support Vessel*), no valor aproximado de US\$ 263 milhões, a ser construído e entregue pela OSX na Unidade de Construção Naval do Açu, no norte do Estado do Rio de Janeiro. Um navio PLSV destina-se ao lançamento e instalação no fundo do mar de linhas submarinas flexíveis.

A Sapura é uma subsidiária integral da Seabras Sapura Participações S.A. ("Seabras Sapura"), atualmente subsidiária integral da SapuraCrest Petroleum Berhad ("Sapura Crest"), empresa sediada na Malásia, onde lidera o setor de engenharia, transporte *offshore* e serviços de instalação para a indústria de óleo e gás. SapuraCrest está em processo de obtenção da aprovação de uma *joint-venture* com a Seadrill Ltd, uma das maiores empresas globais de perfuração marítima, listada em Oslo e em Nova Iorque, com o valor de mercado de aproximadamente US\$ 18 bilhões, que opera uma frota de 48 sondas de perfuração *offshore* no mundo além de 14 sondas em construção. Seabras Sapura será o veículo jurídico para a *joint-venture* proposta.

3. OSX assina contrato de US\$ 732 milhões para construir 11 navios tanque para a Kingfish

Em 12 de março de 2012, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado que Kingfish do Brasil Navegação S.A. ("Kingfish") contratou a OSX Construção Naval S.A., subsidiária da OSX, para a construção de 11 navios-tanque do tipo MR - *Medium Range*, de 45.000 TPB (Toneladas de Porte Bruto), destinados ao transporte de petróleo e produtos claros. Essas embarcações serão fretadas pela Kingfish à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"). O valor total aproximado desse contrato de construção entre Kingfish e OSX é de US\$ 732 milhões, com entregas previstas para ocorrer até 2017, na Unidade de Construção Naval do Açu, no norte do Estado do Rio de Janeiro.

A Kingfish do Brasil dedica-se a prover soluções de logística e de transporte marítimo para o mercado de óleo e gás no Brasil, por meio de navegação de cabotagem e de longo curso. A empresa foi fundada pela Kingfish Trading em 2009. Os fundadores e acionistas da empresa tem mais de 25 anos de experiência, tanto no Brasil como internacionalmente na comercialização e transporte internacional de *commodities*, com destaque para óleo, gás e derivados de petróleo.

4. OSX capta US\$ 500 milhões com emissão internacional de títulos de dívida

Em 13 de março de 2012, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado que sua subsidiária OSX 3 Leasing B.V. captou US\$ 500 milhões no mercado internacional, mediante a emissão de títulos de dívida, *Senior Secured Bonds* ("Bonds"), cujos recursos líquidos serão utilizados na construção do FPSO OSX-3.

As condições financeiras da captação realizada pela OSX Leasing B.V. preveem vencimento final em Março de 2015 e juros de 9,25% a.a., pagos trimestralmente. A OSX 3 Leasing B.V. terá a opção de resgate total antecipado dos títulos ("call") entre 15 e 24 meses da emissão a 103% do valor de face, ou entre 24 a 36 meses a 102% do valor de face. Na emissão de títulos de dívida, a Pareto Securities atuou como coordenador global, "Joint Lead Manager" e "Bookrunner", e a DNB Markets foi "Joint Lead Manager" e "Bookrunner".

5. OSX capta US\$ 500 milhões com emissão internacional de títulos de dívida

Em 14 de março de 2012, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado que Eike Batista, acionista controlador da OSX Brasil S.A., reitera seu compromisso, se necessário, de realizar o aumento de capital da OSX de forma incondicional e irrevogável, de acordo com os termos do Instrumento Particular de Outorga de Opção de Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Put Option"), no valor de US\$ 1 bilhão (um bilhão de dólares), assinado em 16 de Março de 2010. Para este evento, além de disponibilizar recursos próprios, o controlador recebeu propostas firmes de financiamento, no valor total equivalente a R\$1,8 bilhão (um bilhão e oitocentos milhões de reais) pelo prazo de dois anos e disponível para saque em até doze meses, junto aos Bancos Bradesco S.A. e Itaú BBA S.A. conforme os termos e condições mencionados na referida proposta.

Opinião sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas

Em nossa opinião as Demonstrações Financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da OSX Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as Demonstrações Financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da OSX Brasil S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às Demonstrações Financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. Conforme mencionado na nota explicativa

nº 4, as controladas OSX Construção Naval S.A., OSX Serviços Operacionais Ltda., OSX Serviços Gerais Ltda., OSX 1 Leasing B.V., OSX 2 Leasing B.V., OSX 3 Leasing B.V. e OSX WHP 1 & 2 Leasing B.V. encontram-se em fase pré-operacional. A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante depende do sucesso das operações futuras da Companhia e de suas controladas, bem como as controladas dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que suas operações se tornem rentáveis. A falta dos referidos recursos financeiros levantará sérias dúvidas quanto à continuidade dos negócios da Companhia e de suas controladas. Os planos da Administração com relação às atividades operacionais estão descritos na Nota Explicativa nº 4.

As operações das controladas OSX Serviços Operacionais Ltda. e OSX 1 Leasing B.V. são substancialmente efetuadas com empresas ligadas. Estas Demonstrações Financeiras devem ser lidas neste contexto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa
Contador CRC RJ-052428/O-2